



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JESSICA TOMÁS MIRANDA

A IMPORTÂNCIA DO QREN NO DESENVOLVIMENTO DAS PMEs

Relatório de Estágio de Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Financeira, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador Académico: Prof. Doutor José Manuel Bernardo Vaz Ferreira

Entidade de Acolhimento: Stratbond Consulting

Orientador Externo: Doutor Mário Brandão

Coimbra, 2017

Agradecimentos

É com toda a satisfação que, através do presente relatório, termino mais uma etapa da minha vida. Gostaria de agradecer a todos os que tornaram este momento possível.

Ao Professor Doutor Vaz Ferreira, meu orientador académico, obrigada pela disponibilidade, apoio e aprendizagem.

Ao Dr. Mário Brandão e à restante equipa da *Stratbond Consulting*, um muito obrigado pela integração e acolhimento que contribuíram para o meu enriquecimento, tanto a nível profissional como pessoal. Aos meus colegas de trabalho, obrigada pelo companheirismo e por tornarem esta experiência profissional tão agradável.

A todas as amigas que a faculdade me trouxe, um grande obrigada por todos os momentos, conselhos e conversas. Tornaram este percurso académico muito mais rico.

Aos meus pais, que mais do que ninguém se esforçaram para tornar toda esta aventura de cinco anos possível. Sem eles nada teria sido possível. Obrigada por tudo o que fizeram, pelo apoio e por me tornarem o que sou hoje.

Ao meu irmão e à Ana por acreditarem em mim e serem uns segundos pais.

A ti, João, por nunca me teres deixado desistir, por confiares em mim e nas minhas capacidades, um muito obrigada por todo o teu apoio incondicional.

Um grande obrigada a todos!

Resumo

O presente relatório insere-se no âmbito da realização do estágio curricular, na *Stratbond Consulting*, cuja principal atividade é a prestação de serviços de consultoria estratégica a empresas de pequena e média dimensão. Pretende além de descrever a entidade de acolhimento e as tarefas executadas ao longo do estágio, estudar a importância do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) no desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs), bem como as suas lacunas. Atualmente, 99,9% do tecido empresarial português é constituído por pequenas e médias empresas, tendo estas a necessidade de obedecer à constante evolução dos mercados. Para tal, está-lhes disponível o acesso a fundos comunitários direcionados para diversas vertentes (internacionalização, qualificação, inovação, I&D, entre outras), cujo objetivo é reforçar a sua competitividade, desenvolver novos produtos, encontrar novos mercados e criar postos de trabalho. A obtenção deste tipo de fundos promove o desenvolvimento empresarial português, o que me leva a querer explorar a crescente importância dos mesmos nesta categoria de empresas tão presente em Portugal, fazendo do QREN a essência do estudo. De modo geral, a bibliografia é unânime e permite-nos concluir que os fundos comunitários, em especial o QREN, são tidos como elemento benéfico para as PME nacionais e por conseguinte para a economia portuguesa, gerando níveis acrescidos de emprego e riqueza. Encontramos ainda evidências que este tipo de políticas são fundamentais para a recuperação da economia portuguesa face à crise económica e financeira vivenciada no período de programação do QREN.

Classificação JEL: H54, J68, R11, R58

Palavras-chave: Fundos Comunitários, PME, QREN, Incentivos, Desenvolvimento Regional.

Abstract

The present report is part of the scope of a curriculum internship that took place on Stratbond Consulting. Stratbond's main activity consists on strategic consulting to companies from small to medium dimension. Apart from describing the host entity and the tasks executed during the internship, this report also intends to study, along with its flaws, the importance of the National Strategic Reference Framework (NSRF) on the development of Small and Medium-sized Enterprises (SMEs). Currently, 99.9% of the Portuguese business community is made up of small and medium-sized companies, which need to obey to the constant evolution of the markets. To this end, they have access to EU funds directed to various areas (internationalisation, qualification, innovation, R & D, among others), which aim to strengthen their competitiveness, develop new products, find new markets and create jobs. Obtaining this type of funds promotes Portuguese business development, which leads me into wanting to explore the growing importance of these funds in this major category of companies, the SMEs, making NSRF the essence of the study. In general, the bibliography is unanimous and allows us to conclude that the Community funds, in particular the NSRF, are seen as a beneficial element for the national SMEs and therefore for the Portuguese economy, generating higher levels of employment and wealth. We also find evidence that these policies are fundamental for the recovery of the Portuguese economy in the face of the economic and financial crisis experienced during the programming period of the NSRF.

JEL Classification: H54, J68, R11, R58

Keywords: Community Funds, SMEs, NSRF, Incentive, Regional Development.

Lista de Acrónimos e Siglas

AOT – Agendas Operacionais Temáticas

BIM – *Building Information Modeling*

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade

DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

EM – Estados Membros

FC – Fundo de Coesão

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pecas

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSE – Fundo Social Europeu

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

INE – Instituto Nacional de Estatística

IOE – Improving Our Efficiency

IPC – Instituto Politécnico de Coimbra

ISEC – Instituto Superior de Engenharia de Coimbra

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organizações Não Governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

PME - Pequena e média empresa

PO – Programa Operacional

POVT – Programa Operacional Valorização do Território

PTRF – Pagamento de Transferência de Reembolso Final

PTRI – Pagamento de Transferência de Reembolso Intermédia

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

QREN - Quadro Referência de Estratégia Nacional

RNB – Rendimento Nacional Bruto

SI – Sistema de Incentivos

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Índice Geral

Introdução	1
Parte I - Enquadramento teórico	3
I.1. Contextualização	3
I.2. Importância dos Fundos Comunitários	4
I.3. Evolução dos Fundos Comunitários em Portugal	8
I.4. Quadro de Referência Estratégica Nacional – QREN.....	9
I.4.1. Contexto Económico	9
I.4.2. Descrição do Quadro.....	11
I.4.3. Programa Operacional Fatores de Competitividade - COMPETE	14
I.4.4. Sistema de Incentivos - SI.....	15
I.4.5. Números e Resultados	17
I.5. Tecido Empresarial Nacional	21
I.6. Importância do QREN nas PMEs Nacionais	24
I.7. Análise Crítica.....	29
Parte II – O Estágio	31
II.1. Entidade de Acolhimento.....	31
II.2. Tarefas Desenvolvidas.....	33
Parte III - Considerações Finais	39
III.1. Análise Crítica das Competências.....	39
III.2. Contribuição dos Conhecimentos Adquiridos para o Estágio	40
III.3. Análise Crítica do Estágio	42
Conclusão	43
Bibliografia	45
Webgrafia	49
Anexos	51

Índice de Quadros

Quadro 1: Critérios de Distinção no Conceito de PMEs	21
--	----

Índice de Figuras

Figura 1: Evolução PIB a Preços Correntes (base 2011)	11
Figura 2: Mapa de Elegibilidade Territorial QREN	13
Figura 3: Enquadramento Sistema de Incentivos no QREN	16
Figura 4: Evolução da Taxa de Compromisso e Execução do QREN	17
Figura 5: Evolução da Taxa de Execução por PO	18
Figura 6: Fundo Executado (%) por Agenda Temática	19
Figura 7: Dimensão Média das Operações Aprovadas	20
Figura 8: Evolução do Número de Empresas por Dimensão	22
Figura 9: Evolução do Número Total de Empresas Não Financeiras	22
Figura 10: Evolução do Pessoal ao Serviço (Nº) por Dimensão de Empresa	23
Figura 11: Evolução do Volume de Negócios (10 ³ €) por Dimensão	23
Figura 12: Variação do Nº de Empresas e do VAB (2013-2014)	24
Figura 13: Efeito do Sistema de Incentivos sobre as Decisões de Investimento	27

Índice de Anexos

Anexo 1: Objetivo dos Fundos Comunitários	51
Anexo 2: Síntese do Impacto dos Fundos Comunitários	52
Anexo 3: Programas Operacionais e Fundos de Cofinanciamento	53

Introdução

O presente relatório intitulado “A Importância do QREN no Desenvolvimento das PME’s” surge no âmbito da realização do estágio curricular inerente ao plano de estudos do segundo ciclo de Economia, para obtenção de grau de mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O estágio curricular teve lugar na *Stratbond Consulting*, empresa de consultoria estratégica, e decorreu entre o dia 1 de setembro de 2016 e 13 de dezembro de 2016, cujos objetivos do mesmo se prendiam com o desempenho de atividades que incluíam: apoio ao trabalho administrativo de contabilidade da empresa, gestão do espaço de trabalho e apoio a projetos de consultoria e de planeamento estratégico. Entre os diversos serviços disponibilizados, a *Stratbond* presta apoio às empresas nacionais para a realização de candidaturas aos fundos comunitários, nomeadamente do Portugal 2020.

Posto isto, questões como: “Qual a importância dos fundos comunitários nas empresas portuguesas? Aumentam as suas vendas? Tornam-se mais qualificadas e consequentemente mais competitivas? Ou apenas permitem impulsionar a realização de investimentos?” apresentam-se como os principais fundamentos que levaram ao estudo da importância deste tipo de políticas no desenvolvimento da economia nacional, em especial no segmento das pequenas e médias empresas. Neste sentido e de forma a estabelecer um vínculo entre as tarefas desenvolvidas ao longo do estágio curricular e o tema de investigação do relatório, surgiu a possibilidade de estudar o impacto do anterior quadro de fundos comunitários, o QREN, nas empresas nacionais, nomeadamente nas PME’s.

Numa altura em que é questionável a permanência deste tipo de políticas no nosso país, torna-se pertinente avaliar qual a importância deste tipo de fundos na economia nacional, designadamente no que respeita ao desenvolvimento das PME’s, dado o seu forte peso na economia portuguesa. Segundo o ex-primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho, os fundos comunitários surgem, juntamente com as políticas de austeridade, como a única via de gerar crescimento económico no nosso país. Esta ideia vai ao encontro dos trabalhos realizados por diversos autores (Baer, 2013; Mateus, 2013;

Amaral, 2006; Santos, 2013; Peñalver, 2007) que defendem a eficácia dos fundos para o crescimento e desenvolvimento das regiões.

Portugal, aquando a sua adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), teve acesso a fundos comunitários distribuídos através de programas plurianuais. A nível nacional, foram vários os quadros de apoio comunitário implementados. Estes possibilitaram, no geral, uma melhoria da competitividade das empresas portuguesas e estimularam igualmente o empreendedorismo.

O presente documento estrutura-se em cinco partes, que integram diversos subcapítulos. Neste sentido, a **Parte I – Enquadramento Teórico** detém o enquadramento da temática dos fundos comunitários e da sua importância, quer a nível internacional quer ao nível do nosso país, realizável através de uma revisão bibliográfica e teórica sobre os mesmos. Segue uma apresentação descritiva dos fundos comunitários em Portugal até à atualidade, sendo alvo de destaque o QREN e um dos seus programas, o Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE). A parte I apresenta ainda uma breve exposição da constituição do tecido empresarial português, com vista à compreensão da importância deste tipo de políticas no seu desenvolvimento.

Na **Parte II – O Estágio** é feita uma apresentação da *Stratbond Consulting*, descrevendo a sua temática de atuação e os principais serviços disponibilizados por esta. É ainda alvo desta seção, a descrição pormenorizada das tarefas e das responsabilidades assumidas durante o período de estágio curricular

Por último, a **Parte III – Considerações Finais** surge como elemento conclusivo e crítico das competências adquiridas ao longo da realização do estágio na *Stratbond Consulting*. Estas são postas lado a lado com os conhecimentos provenientes da formação em Economia, descrevendo pormenorizadamente os benefícios de cada unidade curricular da mesma. É ainda alvo desta seção do relatório, um resumo acerca do tema estudado, assim como um parecer do aluno sobre o mesmo.

Parte I - Enquadramento teórico

I.1. Contextualização

Promover o desenvolvimento harmonioso e melhorar a competitividade da União Europeia (UE) como um todo e, em particular, das regiões menos desenvolvidas, apresenta-se como um dos principais objetivos da Política de Coesão da União Europeia. Esta é tida como a principal política de investimento da UE e está direcionada para todas as regiões e cidades da mesma, com vista a apoiar a criação de emprego, o crescimento económico, a competitividade empresarial e o desenvolvimento sustentável, bem como a melhorar a qualidade de vida da população. Os primeiros sinais de uma política de investimento a nível Europeu, remontam para 1957 com o Tratado de Roma, sendo apenas reconhecida a necessidade de uma solução comunitária coordenada para a correção das disparidades regionais de desenvolvimento em 1964.

Os instrumentos financeiros que suportam a presente política são instrumentos ao serviço da Política Regional da UE, cuja finalidade se prende com a redução das diferenças de desenvolvimento entre regiões e Estados Membros. São, deste modo, ajudas monetárias, recebidas pela União Europeia, em contrapartida das contribuições do Governo de cada Estado Membro, que visam o financiamento do investimento público e privado e a correção dos atuais desequilíbrios existentes nos Estados Membros.

Atualmente, vigoram na Política de Coesão da UE cinco fundos comunitários, denominados de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), cujos objetivos são alvo de maior desenvolvimento no Anexo 1. Estes são: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), cuja finalidade principal é corrigir desequilíbrios entre regiões; o Fundo Social Europeu (FSE) que pretende facilitar a inserção profissional das classes mais desfavorecidas; o Fundo de Coesão (FC) que atua por forma a acelerar a convergência económica, social e territorial da UE; o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) que promove a competitividade dos setores agrícola e florestal; e por último o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) que se destina a apoiar os pescadores e as comunidades costeiras.

Na sequência do Ato Único Europeu, em 1986, a Política de Coesão assume maior relevância como forma de auxiliar as regiões menos desenvolvidas a ajustar-se a

choques resultantes da integração de mercado, traduzido posteriormente na adoção do primeiro Regulamento dos Fundos sob a alçada da Política de Coesão, no âmbito do *Pacote Delors I*¹.

Com as sucessivas adesões de novos países para a UE, em particular de países periféricos caracterizados por uma estrutura produtiva especializada em mão-de-obra barata, as disparidades entre regiões e países acentuaram-se, o que proporcionou um aprofundamento da Política Regional Europeia em diversos planos (político, social, cultural e ambiental). Portugal beneficia da Política de Coesão, de forma mais significativa, desde 1989, aquando da implementação do Quadro Comunitários de Apoio I (QCA I), não obstante os restantes programas plurianuais desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE).

A Política de Coesão beneficia todas as regiões da UE, sendo que estas são classificadas de acordo com o seu Produto Interno Bruto (PIB), como mais desenvolvidas, de transição ou menos desenvolvidas. Seguindo esta classificação, os fundos podem disponibilizar entre 50% e 85% do financiamento total de um projeto, podendo o restante ser assegurado por fontes públicas ou privadas. Organismos públicos, empresas, universidades, Organizações Não Governamentais (ONG), organizações de voluntariado e associações são os potenciais beneficiários da Política de Coesão da UE.

I.2. Importância dos Fundos Comunitários

Portugal deu entrada na Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia, a 1 de Janeiro de 1986 e, juntamente com esta, ergueram-se diversas expectativas em termos de desenvolvimento e crescimento do país. A adesão traz consigo o acesso a fundos comunitários que representam um pilar essencial no investimento e na correção de desequilíbrios entre países e regiões.

Devido à importância destes em termos científicos, são diversos os estudos que tentam apurar a importância dos fundos comunitários no desenvolvimento e crescimento dos Estados Membros da União Europeia.

A literatura é maioritariamente consensual, desde a entrada de Portugal na CEE

¹ Perspetivas Financeiras para o período de 1988-1992 que se destinavam a assegurar os recursos necessários à execução orçamental do Ato Único Europeu.

e o decorrente acesso a fundos comunitários são verificadas melhorias significativas ao nível da situação económica e social do país (Veiga, 2010). Segundo Baer (2003), as transferências de recursos da União Europeia para Portugal conduziram a elevadas taxas de investimento público e privado, o que proporcionou ganhos substanciais de competitividade e tecnologia, bem como um rápido crescimento de infraestruturas básicas e rodoviárias, verificado através do aumento de quilómetros do sistema de auto-estradas, de melhorias no sistema de telecomunicações e do desenvolvimento de novas tecnologias implementadas nas empresas nacionais. No entanto, o estudo de Baer peca pela falta de consideração do impacto obtido pelo investimento realizado em infraestruturas no crescimento do capital físico e humano, uma vez que, segundo Amaral (2006), é notável o efeito multiplicador dos fundos estruturais, em especial do FEDER, no aumento de produtividade dos fatores produtivos resultante das melhorias nas infraestruturas e das ações de qualificação e formação de mão-de-obra.

Também Barry et al. (2004), Boscá et al. (1998) e Mateus (2013) perspetivam os fundos comunitários como elemento benéfico na economia portuguesa. Segundo estes, os recebimentos da UE proporcionaram melhorias na produtividade e competitividade das empresas nacionais, aceleraram a convergência dos níveis de PIB entre os Estados Membros e diminuíram as disparidades entre estes. Estes resultados, segundo o estudo de Boscá et al (2004), foram mais visíveis em Portugal, Irlanda e Grécia do que em comparação com os restantes países da UE.

Contudo, as expectativas eram altas, nomeadamente no que se refere aos níveis de convergência, levando diversos autores (Andrade et al., 2013; Soukiazis e Antunes, 2004) a alegar que o impacto dos fundos comunitários não foi suficiente, dado que as assimetrias subsistiram e existiram até períodos de divergência entre as regiões NUTS II.

As principais críticas à absorção e implementação dos fundos comunitários em Portugal são formalizadas ao nível das lacunas tecnológicas (Andrade et al., 2013) e educacionais (Royo, 2010) existentes, levando o Fundo Monetário Internacional (FMI) a admitir que o país tem de investir na educação e num maior uso das tecnologias da informação, de forma a melhorar a competitividade das empresas portuguesas. Baer (2003) acrescenta que o maior desafio de Portugal ao pertencer à UE, é resolver os seus

problemas de produtividade, o que implica necessariamente a realização de múltiplos esforços em diversas áreas, designadamente: eliminação de burocracias associadas à correta alocação de recursos, flexibilidade do direito laboral, promoção de melhores práticas de gestão e execução de maiores níveis de investimento na formação da força de trabalho. Neste sentido, Fernandes (2013) defende que os recursos existem em grande quantidade e montante, sendo que o que este considera fundamental é a forma como estes são aplicados.

Hapenciuc et al. (2013) afirmam que o processo de absorção dos fundos, depende das características intrínsecas a cada país e que os fatores que influenciam essa absorção podem ser de natureza macroeconómica ou depender da capacidade de administração e cofinanciamento dos países, dado que, elementos como a taxa de juro de referência para o crédito e a evolução do PIB ditam, de certo modo, aquando de uma evolução favorável, uma correcta absorção dos fundos comunitários. Ainda assim, defendem que os fundos comunitários colocados à disposição dos Estados Membros mais recentes, se revelaram um instrumento eficaz.

Um estudo efetuado por Becker et al. (2010) a uma amostra de 25 países, no período de 1986 a 1995, revela que os fundos da UE estimulam o crescimento real do PIB per capita, mas que os efeitos não são significativos no emprego. A explicação dada pelos autores refere-se ao facto de que a criação de emprego demora mais a surgir do que a operacionalização do ciclo de programação de fundos comunitários, sendo que as transferências realizadas estimularam essencialmente o volume e a estrutura de investimento das regiões.

Em termos nacionais, um estudo efetuado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, com a coordenação de Mateus (2013), vem afirmar que após o período inicial de crescimento económico e melhoria do nível de vida da população, seguiu-se um período de estagnação e divergência das regiões, posto que Portugal foi perdendo a capacidade de registar elevados níveis de crescimento a par dos novos membros da UE, uma vez que o alargamento a estes representa maior competição para ter acesso aos fundos comunitários e igualmente maior concorrência do tecido empresarial português, visto que estas economias disponibilizam técnicas de produção similares às de Portugal, porém

a preços inferiores. No mesmo seguimento, o modelo híbrido exposto por Peñalver (2007), que analisa 41 regiões europeias, entre as quais portuguesas, e que reparte o período de análise em dois, sendo o primeiro 1989-1993 e o segundo 1994-1999, evidência que os fundos da UE representaram um impacto mais significativo nas taxas de crescimento das regiões ao longo do primeiro período de análise, sendo o segundo pior em termos de convergência. Ambos os estudos permitem supor que os períodos subsequentes à absorção dos fundos comunitários apresentam uma tendência de deterioração em termos de convergência, uma vez que o impacto tende a ser menor nos períodos seguintes.

Contrariamente à generalidade dos estudos, Fehr e Gächter (2001), Deci e Ryan (1985) e Deci et al. (2000) referem que os incentivos comunitários podem levar ao afastamento de atividades de cooperação voluntária, resultando em perdas de interesse por parte dos trabalhadores e consequente diminuição da eficiência da empresa. Também autores como Boldrin, M. et al. (2001) e Ederveen, S. et al. (2003) consideram que o impacto dos fundos da UE foi inexistente ou mesmo negativo, uma vez que os estudos apresentados por estes surgem com alguma ambiguidade.

Cappelen et al. (2003), apresentam evidências de que os fundos comunitários têm efectivamente um impacto positivo no crescimento das regiões europeias, o que contribui para uma maior igualdade na distribuição do rendimento e da produtividade das mesmas. Não obstante, estes resultados dependem do ambiente do país recetor dos fundos, dado que regiões caracterizadas por ambientes mais desenvolvidos sugerem efeitos mais fortes dos fundos comunitários. Neste sentido, os autores recomendam que os países recetores devam prosseguir a receção dos fundos com políticas mais eficazes, nomeadamente políticas que aumentem a capacidade de I&D das regiões mais desfavorecidas, de forma a retirar o máximo partido da distribuição dos fundos.

Em suma, e seguindo Dall'erba e Le Gallo (2008), os resultados dependem das amostras, do período de análise e das respetivas técnicas utilizadas, defendendo estes que o impacto dos fundos não é unânime e até que, por vezes, é apresentado por uns autores como tendo pouca significância estatística, e por outros como tendo um impacto negativo sobre as regiões e países beneficiários. Todavia e de modo geral, os fundos

comunitários permitiram registar níveis consideráveis de crescimento e melhoria do nível de vida e integração (Santos, 2013).

I.3. Evolução dos Fundos Comunitários em Portugal

A Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA) apresenta-se na origem da União Europeia na década de 50, através de seis países fundadores, unidos para assegurar a paz duradoura. Apenas mais tarde, em 1957, surge a Comunidade Económica Europeia, que foi sofrendo sucessivos alargamentos, verificando-se em 1986 a adesão de Portugal e Espanha à comunidade.

A adesão à CEE implicava a assinatura de um acordo onde as partes envolvidas se comprometessem a unir esforços com a finalidade de promover a convergência entre as regiões (Peñalver, 2007). Após a assinatura do mesmo e do cumprimento dos respetivos critérios de entrada à CEE, Portugal vê as suas barreiras comerciais serem abolidas e a ser-lhe concedido o acesso a fundos comunitários. Estes são distribuídos aos Estados Membros em função do nível de desenvolvimento das suas regiões, com o objetivo de realizar investimentos públicos e privados em diversas áreas, através de ciclos de programação plurianuais. Até ao presente, Portugal já beneficiou de seis ciclos de programação.

O primeiro ciclo de programação, denominado de Anterior Regulamento, é considerado a fase de adaptação e ocorreu entre 1986 e 1988, tendo beneficiado Portugal de 1,8 mil milhões de euros, correspondentes a 1,1% do PIB, cujo objetivo era fomentar o desenvolvimento das regiões nacionais, financiando estudos e projetos públicos de infraestruturas.

O segundo ciclo abrangeu o Quadro Comunitário de Apoio I (QCA I), que surgiu com o intuito de prestar auxílio à economia portuguesa ao nível da formação profissional, serviços e indústria, através de uma dotação orçamental de 8,5 mil milhões de euros, ao longo do período de 1989 a 1993.

Posteriormente, de 1994 a 1999, o objetivo era reduzir as assimetrias regionais e promover a convergência dos Estados Membros. Para tal, e através da atribuição de 8,8 mil milhões de euros, é implementado o QCA II, o terceiro ciclo de programação.

O quarto ciclo, o QCA III, a decorrer de 2000 a 2006, pretendia a melhoria dos

níveis de competitividade e de inovação na economia nacional, beneficiando Portugal de 9,7 mil milhões de euros. Neste âmbito foram financiadas atividades que favorecessem a coesão e o desenvolvimento social, que privilegiassem a competitividade e as novas tecnologias, e ainda as que promovessem a valorização e conservação da natureza e da biodiversidade.

O quinto ciclo, aquele que é objeto de estudo no presente relatório, o QREN, decorreu de 2007 a 2013 e disponibilizou um total de 21,5 mil milhões de euros com os principais objetivos de proceder à qualificação da população, incentivar a qualificação do território, promover a coesão social e aumentar a eficácia da Administração Pública. A execução deste ciclo de programação prolongou-se até ao final de 2015, traduzindo-se na sobreposição deste com o atual quadro comunitário, o Portugal 2020, nos anos de 2014 e 2015.

Atualmente está em vigor o sexto ciclo de programação, denominado de Portugal 2020, cuja operacionalização decorre de 2014 a 2020. No total serão disponibilizados cerca de 25 mil milhões de euros para estimular o crescimento e a criação de emprego no país.

I.4. Quadro de Referência Estratégica Nacional – QREN

I.4.1. Contexto Económico

O contexto macroeconómico da implementação do QREN surge descoincidente com o cenário pelo qual este foi programado, em especial no que respeita à taxa de crescimento real do PIB, que se previa rondar os 2,1% no período de 2007-2013 e que, no entanto, ficou aquém das expectativas, traduzindo-se num PIB inferior em 17% ao estimado para o ano de 2013. A causa associada a este afastamento deve-se à crise estrutural e à recessão prolongada, que levaram a alterações substanciais ao longo da vigência do quadro, designadamente:

- Oscilações nos fluxos de investimento, em particular no setor do turismo, onde persistia abundância de intenções de investimento que se manifestaram escassas;
- Progressivas dificuldades de financiamento público, devido em parte ao fecho

do acesso aos mercados financeiros;

- Evolução das condições de financiamento das empresas junto do Sistema Financeiro.

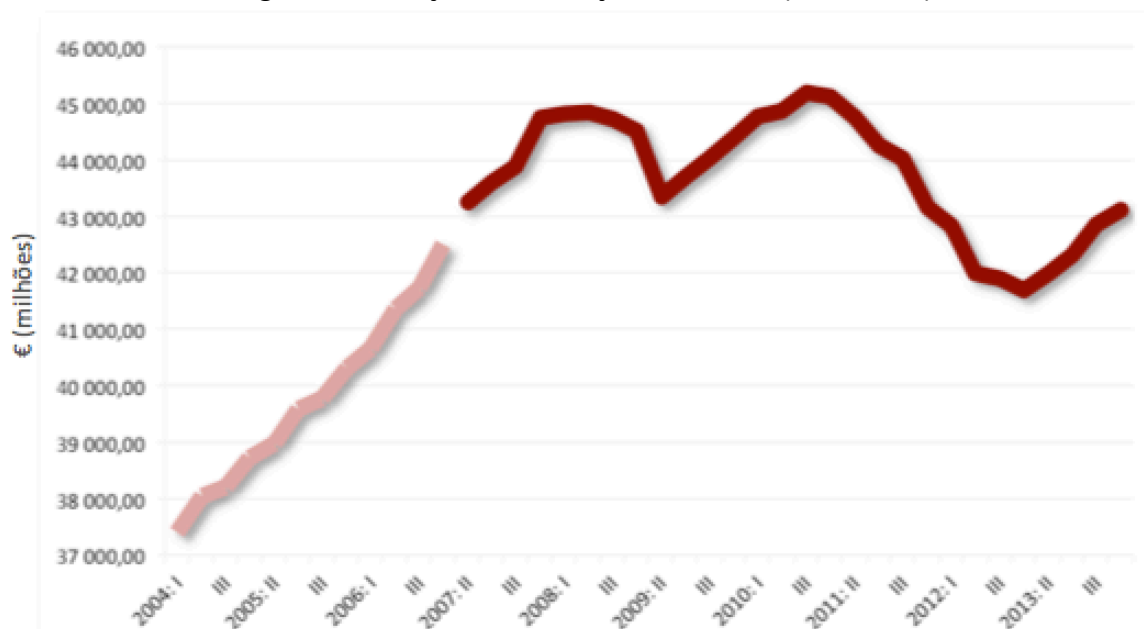
O período que antecede a implementação do QREN é marcado pela Crise Financeira Global que instala perturbações no setor financeiro e no mundo industrializado, generalizando-se estas a todas as atividades económicas e a todas as economias. A partir de 2010 esta surge numa vertente orçamental, devido à sustentabilidade negativa das finanças públicas dos diversos Estados, tendo acentuado os problemas de financiamento das respetivas economias, levando assim diversos países a adotar planos de consolidação orçamental. Portugal apresenta em 2010 as primeiras medidas orçamentais (congelamento dos salários dos funcionários públicos, aumento das taxas de imposto), sendo que em 2011, com o agravamento das condições de financiamento do Estado, a par da deteriorização do balanço dos bancos nacionais, se vê obrigado a solicitar ajuda ao FMI. O empréstimo concedido, no valor de 78 mil milhões de euros, vem agregado a um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) que visava reduzir o défice público, o défice externo e o nível de endividamento dos agentes económicos.

A persecução deste tipo de políticas orçamentais restritivas, aliada a desaceleração das economias internacionais e às dificuldades de financiamento das empresas e particulares, levaram à contração económica do país em 2011 e 2012, cujos efeitos se repercutiram sobre o tecido empresarial português. Forte crescimento do desemprego, redução drástica do nível de investimento, proliferação de processos de falência e insolência e permanência de sinais indicativos de dificuldades financeiras na gestão corrente das empresas, são alguns dos principais efeitos sobre as empresas nacionais, tendo sido verificados com maior intensidade no segmento das PMEs.

Ao longo do período de arranque do QREN, o contexto macroeconómico contemplou fases de contração – diminuição do ritmo de crescimento económico – e de expansão – pressões inflacionistas em matérias-primas e alimentos – que contraditórias, geraram uma conjuntura económica volátil e incerta, tal como sugere a figura abaixo, que marca o período de 2007 a 2012 pelas oscilações do PIB, destacando-se o final de 2008 e

o primeiro semestre de 2009, por períodos de recessão e fortes níveis de desemprego. É igualmente perceptível pela figura 1, o declínio da atividade económica do país ao longo de 2011, resultante este da adoção de políticas orçamentais restritivas decorrentes do PAEF.

Figura 1: Evolução PIB a Preços Correntes (base 2011)



Fonte: INE. Elaboração própria

No geral, o período de execução do QREN, bem como o que lhe antecede, é caracterizado pela degradação do desempenho conjuntural da economia portuguesa, cuja principal dimensão da crise remete para a perda de competitividade das suas empresas e particulares, expressando elevadas taxas de desemprego.

São ainda de acrescentar os diversos constrangimentos que Portugal enfrenta no período de pré-adesão ao ciclo de programação QREN: o tecido empresarial pouco qualificado e pouco propenso à inovação empresarial, o fraco e débil funcionamento das instituições públicas e as disparidades regionais causadas pela instabilidade de um modelo organizacional territorial e pela reduzida expressão de políticas públicas dirigidas ao emprego.

1.4.2. Descrição do Quadro

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) veio dar continuidade aos anteriores documentos de referência para a coordenação das intervenções estruturais no

país, e esteve operacional no período de 2007 a 2013, tendo sido aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros² a 3 de julho de 2007. Durante a sua vigência, apresentava como objetivos estratégicos a valorização do conhecimento, da ciência, da tecnologia e inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico, sociocultural e de qualificação territorial.

A prossecução dos objetivos estratégicos foi assegurada através da concretização de três Agendas Operacionais Temáticas (AOT):

- Agenda Operacional para o Capital Humano: cujo objetivo era promover o emprego, a inclusão social e as qualificações escolares e profissionais;
- Agenda Operacional para os fatores de Competitividade: visava a promoção e a qualificação do tecido produtivo, através da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo ao empreendedorismo;
- Agenda Operacional para valorização do Território: pretendia dotar o país de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de melhores condições de vida para a população.

Por sua vez, a concretização no terreno das agendas temáticas realizou-se através de dezasseis Programas Operacionais (PO) dispostos em cinco áreas de atuação: PO Temáticos, PO Regionais do Continente, PO das Regiões Autónomas, PO de Cooperação Territorial e PO de Assistência Técnica. Nestes encontram-se compreendidos diversos programas, cujo cofinanciamento é efectuado por meio do FEDER, FSE e FC, como esclarece o Anexo 3.

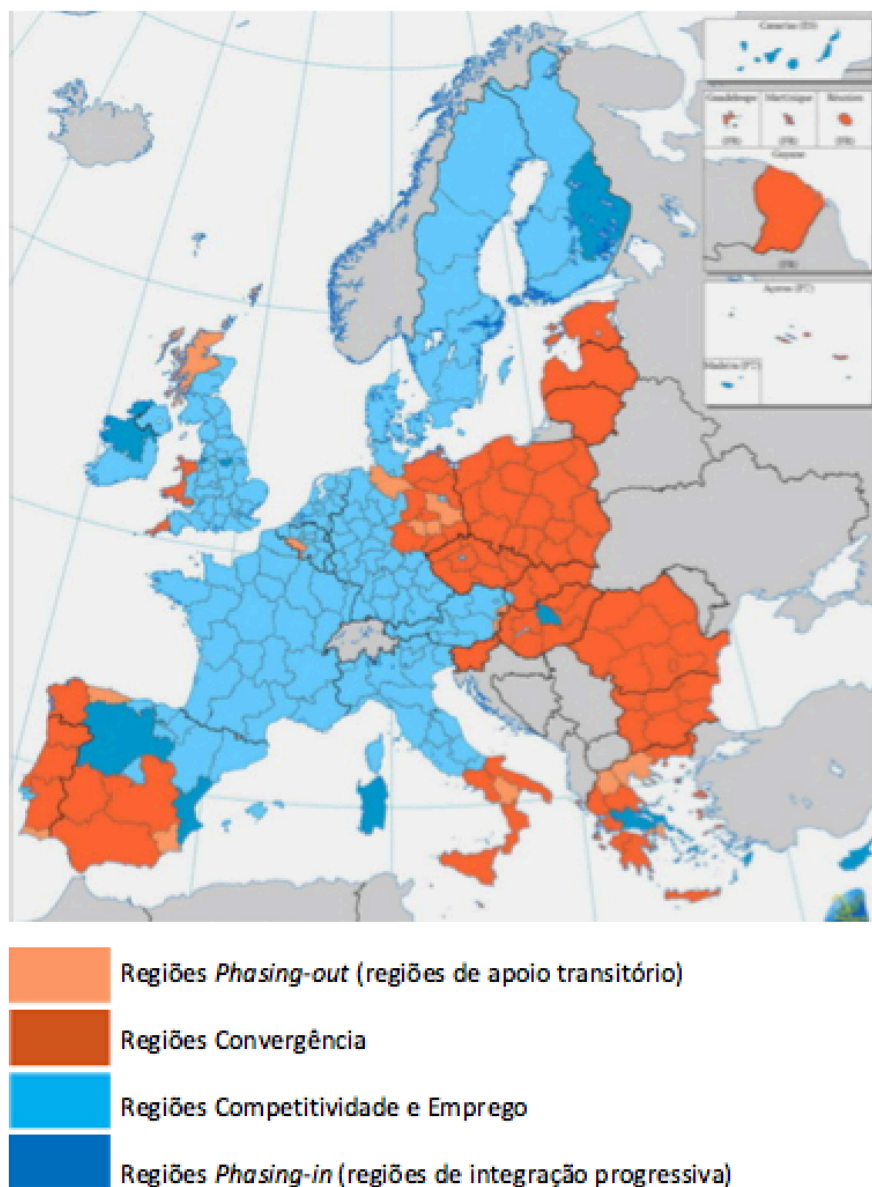
No que respeita à execução do presente programa, este foi viabilizado pela mobilização de 21,5 mil milhões de euros, repartidos por três orientações: reforço das dotações destinadas à qualificação dos Recursos Humanos, reforço da relevância financeira dos PO Regionais do Continente e reforço do financiamento dirigido à Promoção do Crescimento sustentado da economia portuguesa.

De acordo com o mapa de elegibilidade territorial de 2007-2013, todas as regiões

² Documento que estabelece as orientações destinadas à organização e distribuição dos fundos durante o período de vigência do QREN.

nacionais estão abrangidas por pelo menos um dos três grandes objetivos³ da Política de Coesão da UE, como sugere a figura 2.

Figura 2: Mapa de Elegibilidade Territorial QREN



Fonte: Observatório do QREN

Em conformidade com a figura acima, é visível que as regiões do Norte, Centro, Alentejo e Açores são abrangidas pelo objetivo de convergência, sendo este destinado ao financiamento de projetos das regiões cujo PIB per capita seja inferior a 75% da média da

³ Os três grandes objetivos da política de coesão são: a convergência, a competitividade regional e emprego e a cooperação territorial europeia.

UE. O Algarve encontra-se em regime transitório e Lisboa surge como a única região compreendida no objetivo de Competitividade e Emprego.

I.4.3. Programa Operacional Fatores de Competitividade - COMPETE

Todos os Programas Operacionais do QREN são relevantes para a economia portuguesa, todavia, torna-se central perceber a tradução sectorial e espacial do Programa Operacional Fatores de Competitividade, no sentido de compreender o reflexo que os incentivos do QREN têm, principalmente no tecido empresarial português. O QREN contemplou diversas áreas de ação, no entanto e de forma a estudar e analisar mais especificamente o seu impacto nas empresas, será dado um maior enfoque ao COMPETE e à ação dos Sistema de Incentivos (SI).

Financiado pelo FEDER, o COMPETE era dos dezasseis programas operacionais do QREN e apresentava como finalidade a melhoria sustentada da economia nacional, intervindo sobre dimensões como a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização da Administração Pública. A abrangência territorial deste programa destinou-se às regiões Norte, Centro e Alentejo, as designadas de regiões do Objetivo Convergência.

Com uma dotação orçamental prevista em 3,1 mil milhões de euros, pretendia estimular o tecido empresarial através da inovação tecnológica e do empreendedorismo, tendo para tal definido como principais objetivos:

- Estimular a orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável;
- Qualificar a Administração Pública e tornar mais eficiente a ação do Estado, por via da modernização e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;
- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento ao empreendedorismo.

No sentido de concretizar os anteriores objetivos, o COMPETE dispunha de seis eixos prioritários:

- Eixo I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico: Intensificar o esforço de I&D das instituições e empresas, e reforçar o desenvolvimento de projetos I&DT coletivos;
- Eixo II - Inovação e Renovação do modelo empresarial e do Padrão de Especialização: Direcionar as empresas portuguesas para mercados internacionais, promover a sua produtividade e inovação, e incentivar ainda o empreendedorismo qualificado;
- Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação: Estimular o uso de novos instrumentos para potenciar o financiamento a PME's, bem como o capital de risco na criação e desenvolvimento de empresas;
- Eixo IV - Administração Pública Eficiente e de Qualidade: Promover a utilização intensiva das TIC, qualificar a prestação do serviço público e reduzir os custos inerentes aos serviços, de forma a incrementar a transparência da ação administrativa;
- Eixo V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial: Dinamizar e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, promover o desenvolvimento de ações dinamizadoras e reforçar a oferta de serviços às empresas;
- Eixo VI - Assistência Técnica: Dinamizar, gerir e implementar eficazmente o Programa.

O modelo de governação do QREN e dos seus Programas Operacionais, inclusive do COMPETE, é definido segundo o Decreto-lei nº 312/2007 de 17 de setembro. Este modelo de governação estabelece três órgãos: o Órgão de direção política – Comissão Ministerial de Coordenação; o Órgão de Gestão – Autoridade de Gestão e o Órgão de acompanhamento – Comissão de Acompanhamento.

I.4.4. Sistema de Incentivos - SI

O apoio direto às empresas portuguesas durante a operacionalização do QREN foi efectuado por meio do Sistema de Incentivos, sendo este um dos mais importantes instrumentos das políticas públicas de dinamização económica, em especial em matéria da promoção, inovação e desenvolvimento regional. Este instrumento foi viabilizado

tanto ao nível dos Programas Operacionais Regionais como ao nível do COMPETE, assumindo particular relevância neste último.

Esta ação estabeleceu como principais objetivos o acréscimo de competitividade e produtividade das empresas, a melhoria do perfil de especialização da economia nacional e a priorização de projetos de investimento em atividades de produção de bens e serviços transacionáveis ou internacionalizáveis. Para tal e tendo em consideração as características do tecido empresarial português, foram criados três Sistemas de Incentivos:

- SI I&DT - Pretendia intensificar o esforço de I&DT e criar novos conhecimentos;
- SI Inovação – Visava a implementação de técnicas mais inovadoras no tecido empresarial, através do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento em áreas com potencial de crescimento;
- SI Qualificação PME – Apresentava como finalidade a promoção da competitividade das PME pela via do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta ao mercado global.

Figura 3: Enquadramento Sistema de Incentivos no QREN



Fonte: Elaboração própria

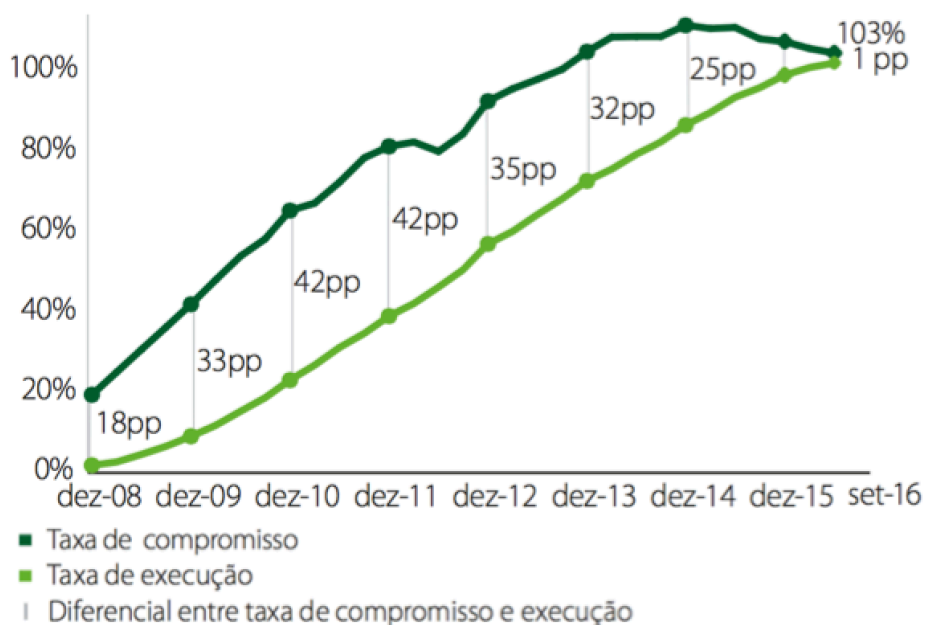
I.4.5. Números e Resultados

Através de boletins informativos disponibilizados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão é possível avaliar a execução financeira e física do QREN até ao presente, uma vez que as contas finais deste estão previstas ser publicadas no início do primeiro trimestre de 2017.

O estudo do Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia, de setembro de 2016, vem quantificar a aplicabilidade do QREN. Segundo este, no terceiro trimestre de 2016, 102% dos fundos comunitários foram aplicados em projetos, representando uma aplicação de 21,4 mil milhões de euros na economia portuguesa, correspondentes a mais de 30 mil milhões de euros de investimentos.

A dotação orçamental do QREN apresenta uma meta para taxa de compromisso das verbas de 103%, sendo que esta taxa tem, desde a vigência do quadro, verificado uma evolução crescente, que permite, juntamente com a tendência crescente da taxa de execução do QREN, diminuir o diferencial entre o compromisso e a execução do programa, tal como indica a figura 4.

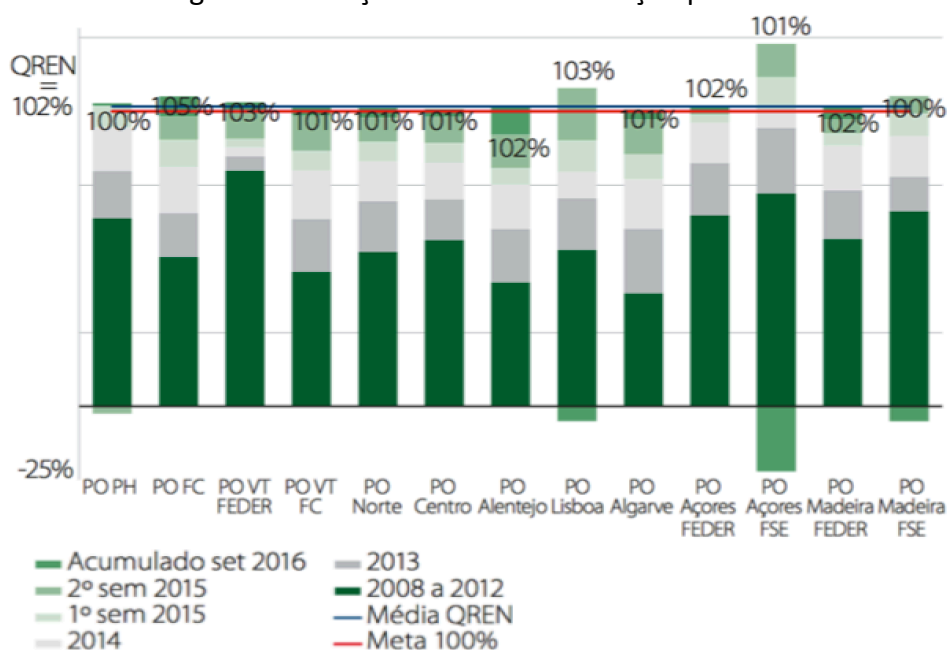
Figura 4: Evolução da Taxa de Compromisso e Execução do QREN



Fonte: Boletim Informativo dos Fundos da UE (Edição nº6)

São de salientar os elevados níveis de execução dos fundos FSE, FC e FEDER, com taxas de execução de 100%, 101% e 103%, respetivamente, representando assim um *overbooking*⁴. No que se refere à taxa de execução por Programa Operacional, é visível, segundo a figura 5, que à data de 30 de setembro de 2016, todos os PO manifestavam taxas de execução superiores a 100%, sendo que a maioria destes superou a meta dos 100% no ano de 2015, em particular no segundo semestre. Os Programas Operacionais Factores de Competitividade, Valorização do Território e Regional de Lisboa são aqueles que denotam taxas de execução superiores.

Figura 5: Evolução da Taxa de Execução por PO



Fonte: Boletim Informativo dos Fundos da UE (Edição nº6)

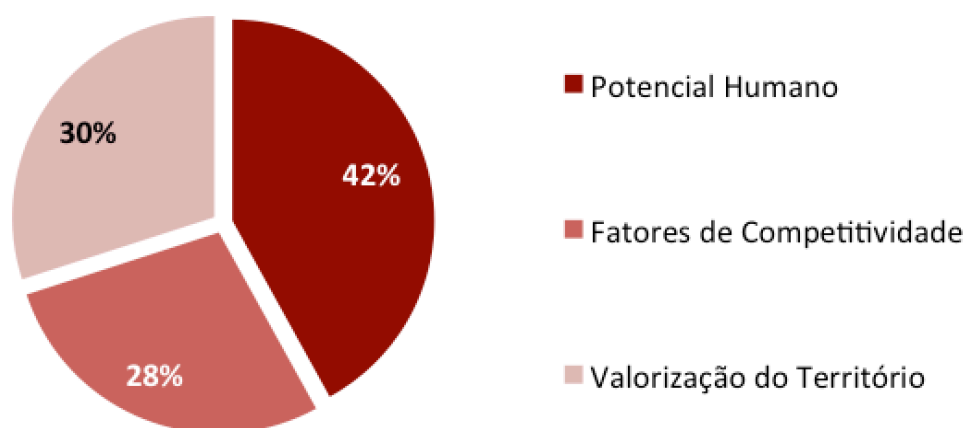
A nível regional, a execução do QREN é mais evidente nas regiões menos desenvolvidas e nas regiões ultraperiféricas⁵, destacando-se as regiões do Norte, Centro, Alentejo e Açores, cujo fundo executado representa 87% da totalidade dos fundos comunitários aplicados (Boletim Informativo dos Fundos da UE, Edição nº6).

⁴ Taxas de execução superiores a 100%, que procuram assegurar a total absorção dos recursos disponíveis, tendo em conta a expectável libertação de verbas nas operações aprovadas (cancelamento de algumas operações, valores inferiores aos inicialmente aprovados).

⁵ Regiões mais distantes de cada Estado Membro, caracterizadas pelas dificuldades relacionadas com o seu afastamento geográfico, sendo a Madeira e Açores em Portugal.

Descortinando a execução dos fundos por agenda temática, é observável, segundo a figura 6, uma maior concentração de execução da Agenda Temática do Potencial Humano, com 42% de execução, seguindo-se as restantes agendas com valores semelhantes entre si.

Figura 6: Fundo Executado (%) por Agenda Temática



Fonte: Boletim Informativo dos Fundos da UE (Edição nº6). Elaboração Própria

A agenda do Potencial Humano permitiu apoiar, aproximadamente, 250 mil estágios, mais de dois milhões de participantes no âmbito de qualificações iniciais e aprendizagem, e cerca de 51% da sua dotação orçamental foi destinada a infraestruturas de rede escolar e qualificação de jovens.

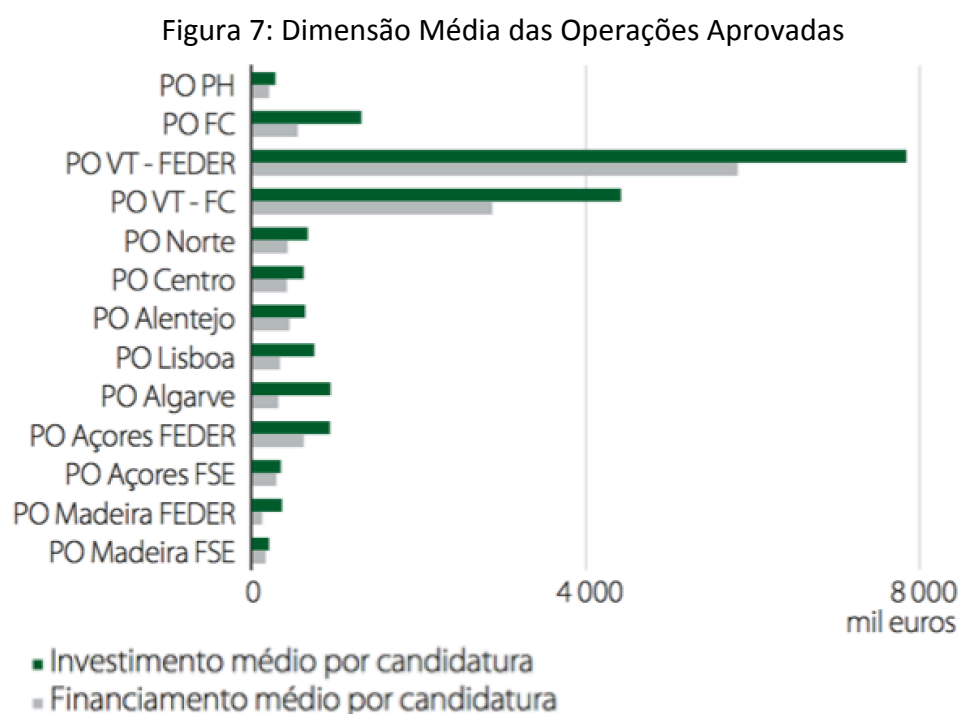
A respeito da Agenda Temática de Valorização do Território, a maioria da sua dotação orçamental foi distribuída no âmbito da acessibilidade e mobilidade e proteção e valorização do ambiente, tendo-se verificado um apoio a 1.305 equipamentos, maioritariamente sociais e de desporto. Foram igualmente apoiados 3.412km de rede de abastecimento de água e 4.466km de estradas, pela sua construção e reabilitação.

A agenda temática responsável pela competitividade, verificou 60% de execução na área da inovação e renovação do modelo empresarial, com destaque para os incentivos diretos às empresas, que permitiram apoiar mais de 12.000 empresas, 15,2% das quais *start-ups*, em grande parte pertencentes a sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

No total foram submetidas cerca de 137 mil candidaturas aos apoios dos programas do QREN, das quais 61.286 foram aprovadas e cerca de 65% destas

correspondem a candidaturas aprovadas aos Programas Operacionais Temáticos, cuja maior percentagem de aprovação recai sobre o Programa Operacional Temático do Potencial Humano.

Ainda referente às operações aprovadas, a 6ª edição do Boletim Informativo dos Fundos da UE determina que o Programa Operacional da Valorização do Território (POVT) é aquele que regista os montantes mais elevados de investimento e financiamento médio por candidatura, sendo que aquele que é financiado pelo FEDER destaca-se por expor um investimento médio por candidatura aprovada de aproximadamente 8 milhões de euros, como evidencia a figura 7.



Fonte: Boletim Informativo dos Fundos da UE (Edição nº6)

A figura 7 permite ainda concluir que os PO destinados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são aqueles que retratam menores montantes de investimento médio e financiamento médio por candidatura, em especial na Região Autónoma da Madeira.

I.5. Tecido Empresarial Nacional

O tecido empresarial português é, quase na sua totalidade, coberto por pequenas e média empresas, essencialmente orientadas para o mercado interno, de acordo com as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A definição de micro, pequenas e médias empresas é fornecida pelo Decreto-Lei 372/2007 de 6 de novembro, remetendo igualmente para a recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, que adota a mesma definição. Neste sentido, as categorias de empresas compreendidas na definição de PME, são determinadas através do número de efetivos na empresa e do volume de negócios ou balanço total, tal como sugere o quadro abaixo:

Quadro 1: Critérios de Distinção no Conceito de PMEs

Categoria de empresa	Nº de efetivos	E	Volume de Negócios	OU	Balanço Total
Média	<250		≤ 50 milhões de euros		≤ 43 milhões de euros
Pequena	<50		≤ 10 milhões de euros		≤ 10 milhões de euros
Micro	<10		≤ 2 milhões de euros		≤ 2 milhões de euros

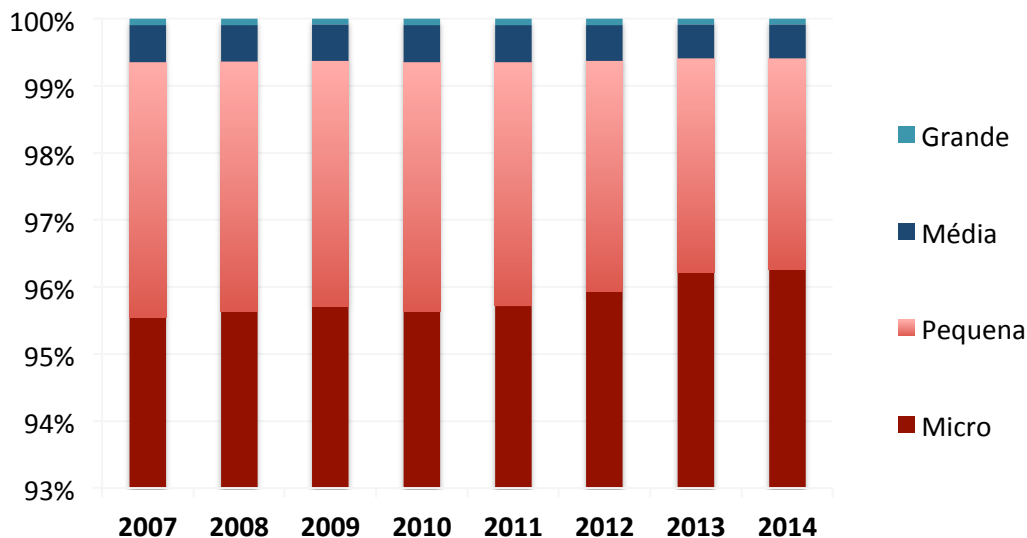
Fonte: Site do COMPETE. Elaboração própria.

De acordo com Sistema de Contas Integradas das Empresas, disponibilizado pelo INE, em 2014 existiam 1.127.317 empresas não financeiras, das quais 1.126.344 eram PMEs, o que em termos de percentagem representa 99,9% do conjunto das empresas nacionais não financeiras, refletindo-se num setor empresarial composto maioritariamente por PMEs não financeiras e por empresários em nome individual e trabalhadores independentes.

Esmiuçando as empresas portuguesas por dimensão, no período de operacionalização do QREN, verificou-se continuamente, de acordo com a figura 8, que as microempresas são aquelas que mais pesam na economia portuguesa, uma vez que representam entre 95% e 96% do total das empresas não financeiras. É também evidenciado pela figura, que as empresas de média e grande dimensão são aquelas que

estão em menor número em Portugal, sendo que em conformidade com os dados do INE, existem apenas cerca de mil empresas de grande dimensão no nosso país.

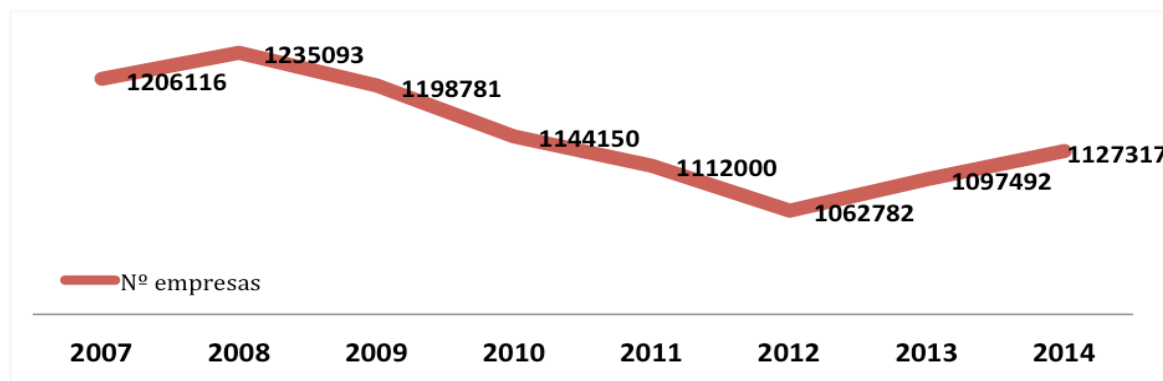
Figura 8: Evolução do Número de Empresas por Dimensão



Fonte: INE – Indicadores económicos das empresas não financeiras. Elaboração Própria

Em termos temporais, é comprovado através da figura 9 o aumento do número de empresas não financeiras a partir de 2012, que de acordo com o relatório Empresas em Portugal – Edição 2016, fornecido pelo INE, se deve ao nascimento de microempresas.

Figura 9: Evolução do Número Total de Empresas Não Financeiras

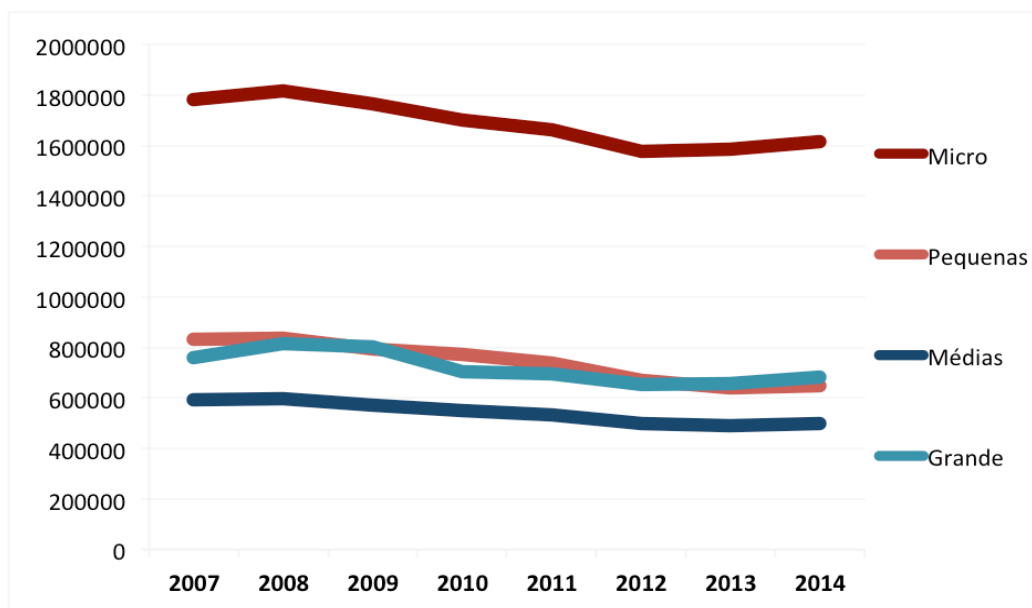


Fonte: INE – Empresas em Portugal. Elaboração própria

Também em matéria de emprego e volume de negócios é evidente o peso das PME's na estrutura da economia portuguesa, como demonstram as figuras 10 e 11, que representam cerca de dois terços e mais de 80%, respetivamente. É igualmente perceptível que tanto o indicador pessoal ao serviço, como o volume de negócios, têm

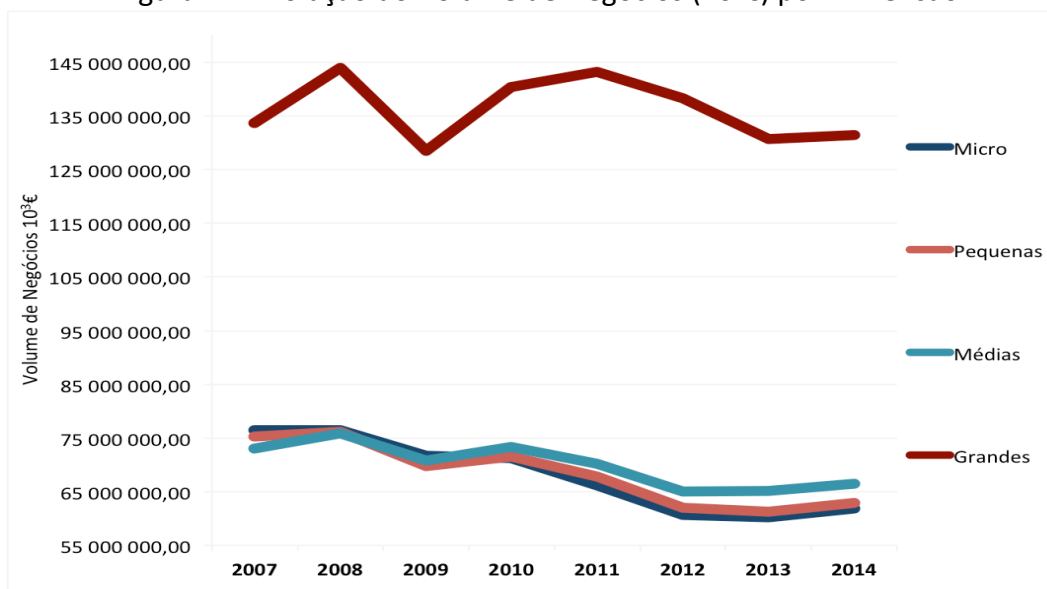
verificado uma tendência decrescente desde 2007. No entanto, os primeiros sinais de melhoria são visíveis a partir de 2012 e 2013.

Figura 10: Evolução do Pessoal ao Serviço (Nº) por Dimensão de Empresa



Fonte: INE – Empresas em Portugal. Elaboração Própria

Figura 11: Evolução do Volume de Negócios (10^3€) por Dimensão

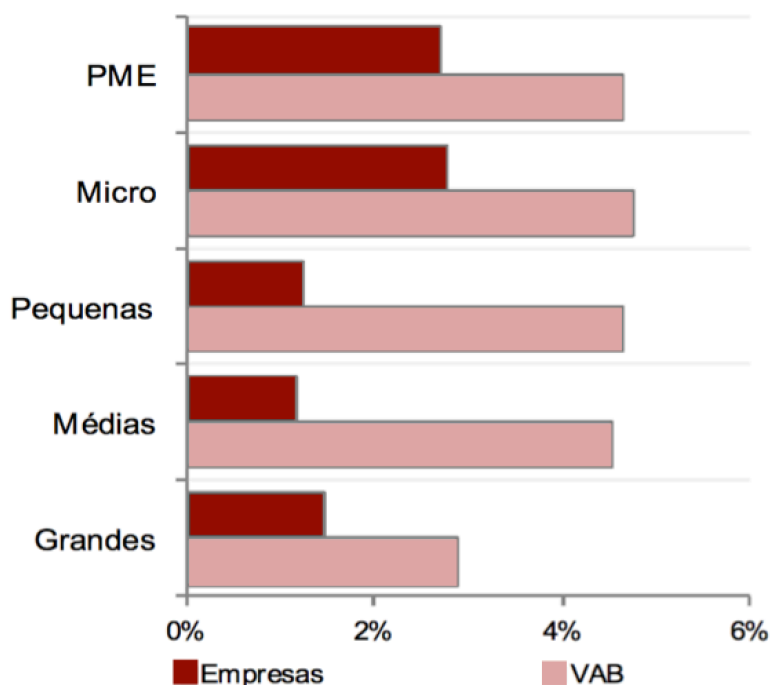


Fonte: INE – Empresas em Portugal. Elaboração Própria

Uma vez que o ano de 2013 é visto como um ano de inversão das tendências de alguns indicadores, é admissível considerar o estudo de dados mais recentes. Neste sentido, é perceptível pela figura 12, que a categoria de empresas que verificou um

aumento mais evidente na sua taxa de variação de 2014 em relação a 2013, foi a categoria das PME e em particular as microempresas, denotando assim uma maior aposta para a criação de empresas com dimensão reduzida.

Figura 12: Variação do Nº de Empresas e do VAB (2013-2014)



Fonte: INE – Empresas em Portugal 2014, Edição 2016.

Em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB), a figura 12 sugere ainda, que as taxas de crescimento de 2014 face ao ano anterior são superiores nas PME em relação às grandes empresas, sendo que as primeiras apresentam taxas de crescimento a rondar os 4,5% em comparação com os 2,9% das segundas.

I.6. Importância do QREN nas PMEs Nacionais

A crise económica e financeira que marcou o arranque do QREN veio reforçar os constrangimentos da economia nacional e por conseguinte robustecer as áreas de foco deste ciclo de programação, em particular auferindo numa maior aposta no reforço dos incentivos às empresas e na engenharia financeira, possibilitando assim contrair a quebra de investimento privado verificada até então. No entanto, as consequências da crise foram mais longe, levando também ao comprometimento do acesso ao financiamento das empresas, em especial das PMEs. Neste sentido, o QREN concebeu o PME Investe I e

II, como forma de intervir no financiamento às PMEs. Até ao final de 2011, este instrumento financiou cerca de 4.500 empresas nacionais (Relatório Estratégico do QREN, 2012).

Aliadas às adversidades causadas pela crise de 2008, há ainda que acrescentar a peculiaridade da estrutura da economia portuguesa, que segundo Amaral (2006), é uma economia que gera facilmente elevados défices com o exterior. Somando todos estes aspectos ao facto da nossa economia ser caracterizada por ser sobre-especializada em setores de baixo valor acrescentado, por ter baixa intensidade de conhecimento e ser maioritariamente orientada para o mercado interno, é reconhecível a necessidade de implementar políticas de apoio às PMEs, dada a influência deste tipo de políticas na criação de emprego, no estímulo à inovação e ao crescimento económico (OIT).

Segundo o estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela agência de cooperação internacional alemã (GIZ) com os dados de Ayyagari et al. (2011), as PMEs representam uma grande percentagem do emprego em todos os países, independentemente do seu nível de rendimento e, quer ao nível nacional, quer ao nível europeu, são consideradas as principais fornecedoras de emprego na economia. No entanto, existem diversas lacunas que são necessárias colmatar de forma a melhorar as suas produtividades e consequentemente aumentar a criação de riqueza. Entre estas lacunas encontram-se: os baixos níveis de produtividade, que em geral coexistem com más condições de trabalho, a reduzida capacidade para implementar técnicas inovadoras e a ausência de formação técnica dos empresários, que se reflete na tomada de decisões acerca da situação económica e financeira da empresa (Carriço, 2015).

O Relatório da OIT acrescenta ainda que todas as políticas económicas e sociais que se direcionam para questões macroeconómicas, de infraestruturas ou de proteção social têm um impacto considerável nas PMEs. Neste sentido, é possível abarcar aqui os fundos comunitários, visto tratarem-se de apoios monetários provenientes de políticas públicas que visam incentivar o investimento público e privado das diversas regiões.

O QREN, tendo estado operacional em termos reais, de 2007 a 2015 e estando ainda a fechar as suas contas, começa agora a manifestar os primeiros sinais da sua atuação, porém ainda não fornece a quantidade desejável de estudos acerca do seu

impacto nas empresas nacionais. Neste sentido, predominam como forma de avaliação deste ciclo de programação no desenvolvimento das PMEs, estudos acerca do Sistema de Incentivos, uma vez que este é o programa do QREN que mais se envolve com a vertente empresarial.

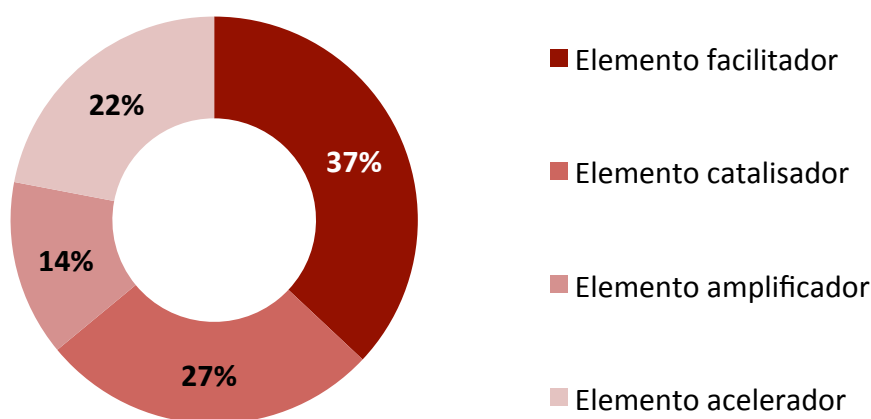
Lima (2014), através de um inquérito efectuado a 424 empresas que submeteram candidaturas ao SI Qualificação PME, no período de 2008 a 2011, concluiu que a maioria das empresas obteve vantagens no contexto internacional no decorrer da aprovação do projeto e que estas estiveram mais patentes em empresas com maiores níveis de conhecimento acerca do mercado global. As empresas inquiridas reconheceram ainda que o incentivo teve aplicabilidade máxima e foi suficiente para alcançar os objetivos pretendidos. Apenas 15% dos inqueridos afirma que teria igualmente atingido os objetivos, mesmo sem apoio ao projeto.

O Estudo de Avaliação Intercalar do COMPETE, referente ao ano de 2013, relata que os projetos de investimento apoiados pelo mesmo demonstraram ter um forte efeito nas empresas promotoras, sendo que estes projetos foram mais eficientes em termos de promoção do volume de negócios, volume de negócios internacional e criação de emprego qualificado nas médias e grande empresas. Os resultados manifestados nas PMEs foram mais notórios no que respeita ao nível do acesso e custo de financiamento. Relativamente aos três Sistemas de Incentivos (SI Inovação, SI I&DT, SI Qualificação e Internacionalização PME), a análise efetuada permitiu verificar a existência de elevados efeitos catalisadores, amplificadores, aceleradores e facilitadores de investimento. Importa aqui elucidar esses mesmo efeitos:

- Efeito catalisador: Apoio encarado como indutor do investimento, ou seja, determinante para a sua realização;
- Efeito Amplificador: Sem o apoio, o projeto teria menor dimensão;
- Efeito Acelerador: Apoio permite antecipar e encurtar o ciclo de realização do investimento;
- Efeito Facilitador: Promotores teriam igualmente concretizado os investimentos, sem qualquer alteração.

Também a análise efetuada em 2011 pela Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos ao efeito desta ação sobre as decisões de investimento das empresas apoiadas, vai ao encontro do esquematizado acima, isto é, que o SI permitiu alcançar um nível satisfatório de alavancagem de novos investimentos, predominando ainda assim a leitura destes como instrumento facilitador do investimento. De forma a alcançar resultados, a avaliação compreendeu um inquérito realizado aos promotores do SI e obteve como respostas o esquematizado na figura 13. Segundo esta, 37% dos inquiridos afirma que os apoios concedidos pelo SI apenas vieram facilitar a realização do investimento, quer isto dizer, que os projetos teriam sido igualmente efetuados mesmo sem o recebimento do apoio. Contrariamente, cerca de 27% dos inquiridos confessa que o apoio foi fundamental para realizar os investimentos planeados e que sem este não teriam capacidades financeiras para os executar. O estudo defende que este resultado é satisfatório, em razão do contexto de crise vivenciado no período de implementação do QREN.

Figura 13: Efeito do Sistema de Incentivos sobre as Decisões de Investimento



Fonte: Avaliação da Operacionalização Inicial dos SI (2011). Elaboração Própria

Os instrumentos de política pública de apoio à inovação e internacionalização do QREN, segundo a avaliação estratégica do mesmo referente ao ano de 2013, contribuíram para implementar atividades de inovação e internacionalização a um maior número de empresas, nomeadamente às PME's. O QREN permitiu, identicamente, criar novos postos de trabalho qualificado, apoiar estágios no estrangeiro e registar incrementos no desempenho competitivo das empresas que viram os seus projetos a ser aprovados.

Carreira e Costa (2016) referem, através do seu estudo às candidaturas do SI, com uma amostra de 56 PME, que os financiamentos ajudaram consideravelmente as empresas a evoluir economicamente, visto que o indicador de liquidez cresceu 2,57% após recebimento dos financiamentos. Os resultados não são tão favoráveis no que respeita aos efeitos financeiros dos financiamentos, uma vez que os indicadores de solvabilidade e autonomia financeira apresentaram quedas para valores negativos durante o período de análise. Em termos de competitividade, é também evidenciado pelo estudo dos autores que as empresas apoiadas cresceram no que diz respeito à sua participação no mercado, superando a média nacional. Por sua vez a rendibilidade e as variáveis financeiras ficaram aquém das expectativas comparadas com a média nacional, sugerindo assim que estas empresas ainda que competitivas, são dependentes do mercado externo. Indicadores económicos das empresas como o VAB, volume de negócios, produtividade e exportações verificaram acréscimos significativos devido ao acesso a fundos comunitários. Os resultados são mais salientes no que diz respeito às empresas que beneficiaram dos Sistemas de Incentivos Inovação e I&DT, tendo estas obtido maiores níveis de crescimento, mas em contrapartida não apresentaram níveis satisfatórios de exportação, defendendo os autores que há que ter em consideração o facto destes projetos serem recentes. No geral, concluem que os fundos comunitários, nomeadamente os Sistemas de Incentivos, se revelaram eficientes para as PME, uma vez que permitiram melhorar os principais indicadores económicos das empresas e os seus processos produtivos.

Segundo Carriço (2015), é também visível nas empresas, por participação nos programas de incentivos, uma redução do tempo de introdução de novos produtos no mercado, reforço do acesso a novas tecnologias e melhorias na sua reputação. Tal como a maioria da literatura, defende que os fundos comunitários são vistos como benéficos para a promoção e afirmação das PME no mercado, tendo possibilitado a introdução de regimes inovadores na sua atividade, designadamente engenharia financeira, transferência de tecnologia e internacionalização. Também o seu estudo de caso comprova que a adesão aos SI permite ampliar o grau de participação das empresas no mercado externo e o seu volume de negócios, consequentemente.

Um estudo mais específico, realizado por Silva (2015) a uma candidatura a um dos programas do QREN, mostrou à autora que esse apoio possibilitou o aumento do número de colaboradores da empresa, bem como a diminuição do volume de importações, o que lhe permitiu concluir que os fundos comunitários se revelaram importantes para a dinamização do tecido empresarial nacional.

Em suma e perante os estudos analisados é comprovado que o QREN e em particular o instrumento Sistemas de Incentivos manifestaram relativa importância para o desenvolvimento das empresas portuguesas, em destaque para as de pequena e média dimensão. Aumento do volume de negócios, aumento da capacidade exportadora e acréscimo do número de efetivos da empresa com níveis de qualificação superior foram os principais efeitos relatados pelos estudos, que compararam a situação das empresas no período pré-projeto e após o recebimento do incentivo. Todavia, é relevante lembrar que estes efeitos poderiam ter sido ampliados se a implementação do programa não tivesse sido construída em cima um período de crise global, que marcou a economia de Portugal, provocando desequilíbrios conjunturais na mesma.

1.7. Análise Crítica

Após enumeração dos efeitos predominantemente positivos do QREN sobre o tecido empresarial português é igualmente pertinente enunciar, de forma breve, o que falhou neste quadro de programação de fundos comunitários. Neste sentido, a principal crítica ao QREN é formalizada no que concerne aos seus atrasos nos pagamentos. São diversas as entidades e personalidades que admitem a existência de atrasos excessivos nos pagamentos às entidades beneficiárias, caracterizando esta situação como uma “asfixia financeira” que leva as empresas a recorrer à banca, de forma a obter algum retorno financeiro dos investimentos efetuados. No entanto, o acesso a este tipo de recursos tem elevados custos, gerando o agravamento das condições financeiras das empresas com pagamentos em atrasos, tal como afirma Pedro Passos Coelho, atual presidente do Partido Social Democrata (PSD) à Agência Lusa. Manuel Caldeira Cabral, atual Ministro da Economia, acrescenta que o fecho do QREN é caracterizado pelo pagamento de despesas com quatro anos de atraso o que reflete a confusão e a desorganização do programa (Agência Lusa, 20-04-2016).

Um artigo de opinião formulado por Lopes (2016) com a coordenação da agência de consultores Liconsultores, vem depreciar o seguimento do QREN, alegando que as empresas investem cada vez menos no nosso país, dado que direcionam as suas atividades para a internacionalização. Sugere ainda que este tipo de programas deve ter em linha de conta a realidade de Portugal, que se trata de um país debilitado e que carece de incentivos que promovam o crescimento, o emprego, a inovação e o desenvolvimento tecnológico. No mesmo sentido, Luís Marques Mendes, Ex-líder do PSD, afirma que “o QREN deve ser mais enxuto e menos gastador de recursos”.

Carriço (2015) defende, por sua vez, que os fundos deveriam ser melhor distribuídos, dado que de acordo com o seu estudo, as empresas beneficiárias dos incentivos pertenciam ao grupo de empresas com relativas capacidades para gerar emprego e riqueza e não às empresas com mais dificuldades.

Colocando lado a lado os efeitos benéficos do QREN com as suas falhas, é admissível referir que, embora já visíveis os efeitos do QREN na competitividade e na internacionalização das PME's, há ainda um longo caminho a percorrer, em especial no que diz respeito à desburocratização dos processos associados à submissão de candidaturas aos programas dos fundos comunitários. A resolução desta lacuna permitiria agilizar os processos e assim reduzir o *gap* temporal entre a submissão das candidaturas e o recebimento do apoio.

É igualmente vantajoso a realização de mais avaliações e estudos que permitam monitorizar de forma mais apertada a atribuição dos incentivos às entidades beneficiárias, averiguando assim a efetiva realização dos projetos pelo qual as entidades se candidataram.

Por tudo isto, considero que o estudo do tema foi benéfico para a minha formação em Economia, tendo-me permitido alargar os meus conhecimentos acerca das políticas públicas da União Europeia, designadamente dos fundos comunitários. Retiro, no geral, a ideia de que o prosseguimento deste tipo de políticas no nosso país é de extrema importância para as empresas nacionais, para que estas ultrapassem os mais diversos constrangimentos que enfrentam e assim registar incrementos nos demais indicadores económicos – volume de negócios, VAB e exportações - e consequentemente

empregar um maior número de pessoas. É assim visível que tanto o QREN como os restantes ciclos de programação de fundos comunitários têm uma importância significativa para a economia portuguesa e para a recuperação da mesma no período de pós-crise.

Parte II – O Estágio

II.1. Entidade de Acolhimento

A *Stratbond Consulting* é uma empresa privada e independente que presta serviços de consultoria, orientação e assistência operacional a empresas e organismos no âmbito da gestão empresarial estratégica. O foco da sua atividade é a consultoria de gestão estratégica direcionada, essencialmente, às pequenas e médias empresas, prestando, continuamente, serviços de elevada qualidade, aliados ao encontro de soluções intrínsecas a cada cliente.

A sua sede localiza-se na cidade de Coimbra. No entanto, dispõe de outras instalações em Águeda, distrito de Aveiro, que possibilitam uma maior acessibilidade ao leque de clientes da mesma, que são predominantemente da zona centro do país.

A *Stratbond Consulting* foi fundada em 2011 por dois sócios que sentiram a necessidade de, através da estratégia, contribuir para transformar a gestão organizacional em algo sublime e eticamente responsável, bem como prestar apoio estratégico às PME's.

Para além de operar no mercado português, a *Stratbond* iniciou, em 2014, o seu processo de internacionalização que a levou a João Pessoa, no Brasil. Tem igualmente parceiros estratégicos em Angola e Moçambique.

No que concerne aos níveis organizacionais, a entidade de acolhimento apresenta um quadro de recursos humanos constituído por colaboradores com classificações iguais ou superiores ao nível 6 de qualificação. Deste modo, a equipa da *Stratbond Consulting* conta com uma administrativa formada em Relações Internacionais, um colaborador direcionado para atividades comerciais, uma arquiteta responsável pelos projetos do *StratArch* e *StratBIM*, e uma equipa que realiza as tarefas de consultoria constituída pelo gerente e por um colaborador presente em regime de estágio

profissional.

No *site* oficial da empresa encontram-se enunciadas a visão e missão da entidade:

Visão

“Ambicionamos, através da estratégia, contribuir para transformar a gestão organizacional em algo sublime, gratificante e eticamente responsável.” (Stratbond Consulting, 2016)

Missão

Prestamos serviços de elevada qualidade no âmbito da estratégia empresarial. Propomo-nos a analisar, desenhar e implementar, em conjunto com os nossos clientes, as melhores e mais inovadoras soluções estratégicas para os seus negócios ou empresas, pondo ao seu dispor profissionais de qualificação superior, orientados para a obtenção de resultados de excelência. (Stratbond Consulting, 2016)

Os serviços disponibilizados pela *Stratbond Consulting* são diversificados e possibilitam ao cliente otimizar e reformular a sua direção estratégica no mercado. Entre o leque de serviços prestados encontram-se: *StratProcess*, *IOE (Improving Our Efficiency)*, *StratInternational*, Apoio a Sistemas de Incentivos, *StratBIM* e Outros Serviços.

O *StratProcess* trata-se de uma análise contínua à entidade do cliente, que incorpora um diagnóstico estratégico e as respetivas soluções de desenvolvimento estratégico para o curto, médio e longo prazo, culminando na implementação das estratégias acordadas entre a consultora e o cliente. Em cada fase do presente processo é efetuado um relatório que é, posteriormente, entregue à entidade do cliente.

Tendo em conta que um dos desafios societários da atualidade passa pela procura de eficiência, surgiu a necessidade da *Stratbond Consulting* prestar um serviço de eficiência operacional, o IOE, que se destina à implementação de metodologias de melhoria contínua, conduzindo assim as empresas dos seus clientes, à redução de desperdícios e de tempos de produção.

O *StratInternational* trata da projeção das empresas em mercados internacionais, tendo como finalidade conceder apoio na internacionalização destas e conhecer a sua envolvente internacional nas vertentes económicas, culturais e político-

legais. É um serviço de apoio à gestão que facilita a entrada em novos mercados internacionais, promovendo a exportação dos seus produtos/serviços e diminuindo o risco de negócio.

Recentemente a *Stratbond Consulting* adicionou ao seu leque de serviços o *StratBIM*. Este trata-se de um serviço focado na divulgação, formação, implementação e consultoria em BIM (*Building Information Modeling*), tendo por objetivo a gestão integrada da informação associada a um modelo tridimensional paramétrico. O *StratBIM*, engloba ainda um serviço específico para a Implementação Organizacional e outro para a Elaboração, Gestão e Coordenação de Projetos BIM.

A elaboração de candidaturas aos fundos comunitários revela-se um tanto ou quanto complexa, devido, em parte, ao preenchimento de diversos campos financeiros. Neste sentido, o apoio a candidaturas aos fundos comunitários é, juntamente com serviço anterior, um dos mais recentes serviços disponibilizados pela *Stratbond Consulting*. Este é realizável através da acreditação obtida pelo Compete 2020, propiciando assim à *Stratbond* a prestar serviços de consultoria no âmbito dos Vales de Inovação, Empreendedorismo e Internacionalização e do Sistema de Incentivos de Inovação Produtiva e Qualificação e Internacionalização PME. Este tipo de serviços requer a elaboração de textos e o preenchimento de quadros acerca da informação financeira da entidade promotora, bem como do investimento do projeto.

A *Stratbond Consulting* fornece ainda ao mercado diversas formações, nas áreas de Soldadura, *Revit*⁶ e *BIM*⁷ sendo para tal certificada como entidade formadora pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

II.2. Tarefas Desenvolvidas

O estágio curricular decorreu desde o dia 1 de setembro ao dia 13 de dezembro de 2016 e foi composto por quatro fases:

- 1ª Fase: Início do estágio e adaptação de trabalho da empresa;
- 2ª Fase: Integração nas atividades gerais da empresa;
- 3ª Fase: Participação em atividades específicas da empresa, nomeadamente:

⁶ *Software* para arquitetura criado no conceito do BIM

⁷ *Building Information Modeling, Software* na área de arquitetura e engenharias

planeamento estratégico, *stratcheck*, planos de *marketing*, planos de negócios, entre outras;

- 4ª Fase: Conclusão do estágio.

Na primeira fase, com duração aproximada de duas semanas e após integração numa equipa de trabalho com colegas também estes presentes em regime de estágio, as tarefas realizadas focaram-se, em grande parte do tempo, no estudo dos dossiers de cada cliente, bem como nos projetos destes, de forma a facilitar a posterior inserção nas atividades específicas da empresa. Durante este período foi possível perceber os moldes em que a *Stratbond Consulting* atua e simultaneamente identificar as suas metodologias de trabalho.

Após a adaptação inicial de trabalho da empresa, surge a segunda fase, onde desempenhei tarefas associadas à realização de candidaturas aos fundos comunitários. Para tal, estudei a legislação⁸ que rege o Compete 2020, um dos Programas Operacionais do Portugal 2020, e dediquei-me, simultaneamente, à análise e síntese da história e atividade das entidades que requisitaram este serviço. Este estudo era efetuado através das análises de mercado já realizadas pela *Stratbond*, facilitando assim o posterior processo de realização de candidaturas aos programas do Portugal 2020.

Após adquirir algum entendimento acerca deste programa de fundos comunitários e antes de efetivar qualquer candidatura, é necessário averiguar se as entidades que requisitaram este serviço cumprem os designados “critérios de elegibilidade dos beneficiários” e o seu projeto, os “critérios de elegibilidade dos projetos”. Entre os diversos critérios de elegibilidade dos beneficiários, encontram-se:

- Dispor de contabilidade organizada;
- Não ser uma empresa em dificuldade;
- Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente;
- Declarar que não tem salários em atraso;
- Não ter encerrado a mesma atividade, ou uma atividade semelhante, no Espaço Económico Europeu nos dois anos que antecedem a data de

⁸ Portaria nº.57-A/2015 de 27 de fevereiro

candidatura ou que, à data de candidatura, tenha planos concretos para encerrar essa atividade no prazo máximo de dois anos após a conclusão do projeto a apoiar;

- Apresentar uma situação económico-financeira equilibrada.

De acordo com a Portaria n.º57-A/2015 de 27 de fevereiro, uma empresa possui uma situação económico-financeira equilibrada quando o rácio de autonomia financeira⁹ não for inferior a 0,20 e 0,15, no caso de Não PME e PME, respectivamente.

Estando de antemão verificado o cumprimento dos critérios de elegibilidade foi-me possível realizar os textos subjacentes às diversas candidaturas requeridas. Estas tarefas exigiam a elaboração de textos coesos, simples e transparentes no ponto de vista da história, atividade e âmbito de aplicação da entidade requerente.

A realização das candidaturas é efetuada no *site* do Balcão 2020 e requer o preenchimento de campos de texto que incidem sobre a descrição da entidade, análise de mercado, quadro de recursos humanos e descrição do projeto. Toda esta informação era adicionada nos campos de texto em questão, cuja capacidade de escrita era condicionada pelos limites de caracteres impostos.

Ainda no âmbito da realização das candidaturas, era necessário o preenchimento de tabelas que incidiam sobre a informação financeira dos anos pré e pós-projeto dos investimentos a realizar pelas empresas. Esta componente da realização das candidaturas, levou-me, juntamente com os meus colegas de equipa, a elaborar documentos contabilísticos previsionais como balanços, demonstração de resultados e estrutura de financiamento dos projetos. No desempenho desta atividade tinha que ter em consideração os documentos contabilísticos de períodos anteriores para, através das expectativas de crescimento impulsionadas pelo projeto a merecer apoio, prever o crescimento das diversas parcelas destes mesmos documentos. Após conclusão dos textos e do preenchimento das tabelas, foi efetuada a submissão das candidaturas no balcão, o que gera posteriormente um documento comprovativo da submissão.

Este serviço foi requerido por duas entidades já clientes da *Stratbond Consulting*,

⁹ O rácio de autonomia financeira é calculado através da seguinte fórmula: $AF = \frac{CP}{AT}$, em que CP designa o capital próprio da empresa e AT o ativo total da mesma.

implicando assim a realização de duas candidaturas, ambas ao Sistema de Incentivos “Inovação Produtiva PME”. Uma das candidaturas teve como promotora uma PME da região centro que se dedica à produção e comercialização de vinhos e espumantes, cujo projeto candidato tinha por objetivo promover a competitividade da empresa, tendo por base o reforço da sua capacidade produtiva, a implementação de processos produtivos eficientes e inovadores e a requalificação do espaço. A segunda candidatura foi igualmente efetuada a uma PME, que presta serviços de transformação e comercialização por grosso, de chapa e tubos, em ferro e inox, sendo que as ações relativas ao projeto se referem à aquisição de uma máquina e de serviços de formação técnica na área de atuação da empresa, e ainda à reestruturação do espaço produtivo de forma a habilitá-lo para alocar a máquina em questão.

Posteriormente, surge como tarefa a realização de pedidos de transferência de reembolso intermédio e final (PTRI e PTRF, respetivamente) no site do balcão 2020. Esta tarefa está associada ao pagamento dos incentivos já aprovados, de projetos anteriores respeitantes a clientes da *Stratbond*. O Pagamento a título de reembolso (PTR) é uma das diferentes formas que o pagamento do incentivo pode revestir e trata-se da realização do pagamento do incentivo contra a apresentação de despesas de investimento elegíveis realizadas e pagas. Estas podem ser intercalares (PTRI) ou finais (PTRF), sendo que o PTRI será processado quando não for inferior a 10% do investimento elegível total e a soma de todos os pagamentos não excederá 95% do incentivo aprovado. O PTRF, por sua vez, equivale à diferença entre o incentivo total apurado e o somatório dos pagamentos efectuados, sendo que será processado após a verificação e avaliação final da execução do projeto, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e obrigações contratuais. A execução desta tarefa, referia-se à aprovação das candidaturas aos “Vales Qualificação” e implicou o preenchimento de quadros, com informação que remete para o valor dos serviços contratados e anexação das respetivas faturas, como forma de comprovativo dos serviços contratados.

Numa fase intermédia do estágio curricular, correspondente à terceira fase do mesmo, surge como tarefa a realização de documentos de apoio comercial. Nesta fase, é-me solicitada a execução de brochuras e resumos relativos aos Sistemas de Incentivos,

para posteriormente remeter para potenciais clientes. Os documentos de apoio eram redigidos através do estudo aos avisos dos respetivos Sistemas de Incentivos, facilitando a compreensão dos mesmos ao cliente. Ainda no âmbito das atividades comerciais, é solicitada a pesquisa de possíveis clientes para posteriormente adquirirem os serviços disponibilizados pela *Stratbond* e conseqüentemente alargar a sua carteira de clientes. As tarefas inerentes a estas atividades comerciais, passaram igualmente pelo envio de *emails* a empresas da região, de modo a publicitar os serviços disponibilizados pela *Stratbond Consulting*.

Como atividade dita extracurricular, surgiu, durante o período de estágio, a oportunidade de participar no seminário de BIM Centro. Encontrando-se a *Stratbond Consulting* num processo de reestruturação dos seus serviços e de modo a diversificar os mesmos, esta disponibiliza atualmente ao mercado formações em BIM. Neste âmbito e através de parcerias com o Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) e o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC), realizou um seminário no auditório deste último, de forma a promover esta formação perante alunos, docentes e profissionais das áreas de arquitetura e engenharias. Neste dia, juntamente com a equipa da *Stratbond*, unimos esforços para dar a conhecer este projeto e assim contribuir para o sucesso deste serviço.

Numa fase posterior, e devido em parte ao abrandamento da atividade da *Stratbond*, surge como função a elaboração de um manual de procedimentos sobre o *Stratprocess*, o serviço mais requisitado da empresa. A realização deste manual tinha como finalidade a existência de um documento que definisse e estabelecesse os princípios e regras gerais deste serviço e a sua elaboração era efetuada nos períodos de menor atividade da empresa.

Na quarta fase do estágio curricular, após o lançamento do aviso que remete para o processo de acreditação de entidades para prestação de serviços de internacionalização “Vale Oportunidades de Internacionalização”, é nos solicitada a realização da candidatura a este processo de acreditação, sendo a *Stratbond Consulting* a empresa promotora. Neste âmbito, foram redigidos textos sobre a evolução da *Stratbond*, sobre os principais clientes com processos de internacionalização, competências dos quadros técnicos afetos aos serviços de internacionalização e principais

parceiras estabelecidas. A aprovação deste tipo de candidatura, possibilita a *Stratbond* a prestar serviços de internacionalização no âmbito do “Vale Oportunidades de Internacionalização”.

No decorrer do estágio esteve inerente um processo de aprendizagem contínuo tendo havido diversas reuniões direcionadas à aprendizagem de metodologias de trabalho, o que possibilitou o desempenho de tarefas com maiores níveis de responsabilidade e exigência. Não menos importante, eram as reuniões semanais com a equipa da *Stratbond*, cujo objetivo consistia na realização do balanço semanal da atividade da empresa, deixando “em cima da mesa” os objetivos programados para a semana seguinte de trabalho.

Parte III - Considerações Finais

III.1. Análise Crítica das Competências

O estágio curricular surge no âmbito do segundo ciclo de economia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sendo a minha especialização na área de economia financeira. Este mestrado visa aprofundar a formação obtida anteriormente na licenciatura em economia, dotando os seus estudantes de conhecimentos acerca da teoria económica e de aspetos da economia na sua componente macro e microeconómica. Na especialização de economia financeira, torna-se, em certa medida, difícil obter um estágio curricular enquadrado com o plano curricular, uma vez tratar-se de uma área maioritariamente composta por componentes teóricas. No entanto, mesmo estando ciente das dificuldades em conseguir um estágio curricular na área financeira, optei por terminar o meu ciclo de estudos em ambiente de trabalho, na *Stratbond Consulting*.

O estágio curricular apresenta-se como uma excelente oportunidade para desenvolver e adquirir competências profissionais, dada a existência de contacto direto com o contexto real de trabalho. No entanto, esta prática não se fica pela obtenção de conhecimentos teóricos e práticos e, permite igualmente o desenvolvimento de uma extensa rede de contactos, por meio do contacto diário com os restantes profissionais do local laboral.

Durante as dezoito semanas de estágio tive a oportunidade de desenvolver, através das tarefas realizadas, diversas competências cognitivas, nomeadamente, metodologias de trabalho e aprendizagem, gestão de conflitos e do tempo, organização, flexibilidade, espírito de equipa e cooperação. Todas estas competências se revelaram fundamentais no âmbito do meu desenvolvimento enquanto profissional.

Sendo a consultoria uma área de alargado contacto com o mercado, requer a presença de competências associadas à boa capacidade de comunicação oral perante clientes, parceiros e colegas de equipa e também de capacidades escritas, de forma a elaborar, adequadamente, documentos concisos e objetivos. Deste modo, todas as tarefas cumpridas propiciaram a expansão das minhas capacidades escritas e orais, permitindo-me assim estar mais apta para o mercado de trabalho.

As metodologias de trabalho e aprendizagem adquiridas foram aumentando ao longo do período de estágio, dado que as expectativas e responsabilidades associadas às tarefas desenvolvidas foram, também, sendo sucessivamente superiores e mais exigentes.

No âmbito da realização de candidaturas aos fundos comunitários no Balcão 2020, desenvolvi competências vinculadas à correta gestão do tempo, em consequência dos prazos estabelecidos para a submissão das candidaturas. Estas atividades permitiram que tivesse maior percepção do tempo, ajudando-me assim a rentabilizar as minhas atividades.

Não menos importante, foi o desenvolvimento de um espírito de equipa e cooperação, tão essenciais para uma melhor adaptação ao contexto de trabalho e realização das respetivas tarefas.

Em suma, posso afirmar que a realização do estágio curricular na *Stratbond Consulting* foi tida como uma experiência profissional enriquecedora e impulsionadora de grandes níveis de conhecimento na área da consultoria estratégica.

III.2. Contribuição dos Conhecimentos Adquiridos para o Estágio

O mestrado em Economia, disponibilizado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, possibilita aos seus estudantes a escolha entre a realização de trabalho de projeto ou de estágio curricular, com vista à obtenção do grau de mestre. Neste sentido, enverguei pelo estágio curricular, uma vez que, considero fundamental a obtenção de experiência profissional, por forma a relacionar o pólo de ensino com o mercado de trabalho. Deste modo e apesar dos largos conhecimentos obtidos ao longo dos dois ciclos de estudo em Economia, atribuo um peso fundamental à realização de estágio curricular e à experiência decorrente deste.

O âmbito de atuação do estágio curricular, realizado na *Stratbond Consulting*, apresenta maior vínculo com a área de gestão, uma vez que a *Stratbond* direciona a sua atividade para a prestação de serviços de estratégia e *marketing*. Neste sentido, a ausência de formação mais específica na área de gestão estratégica e *marketing* representou um esforço acrescido na compreensão de certos conceitos associados às tarefas solicitadas. Considero assim que, unidades curriculares como Marketing

Estratégico e Estratégia Empresarial teriam sido uma mais valia para uma melhor prestação enquanto estagiária ao longo do estágio curricular.

No entanto, é de salientar que os conhecimentos obtidos ao longo da minha formação académica em Economia também se encontram, de certo modo, associados às atividades desenvolvidas ao longo do estágio curricular. Para tal, algumas unidades curriculares revelaram-se essenciais para uma melhor realização das tarefas propostas, nomeadamente as unidades curriculares de Introdução à Gestão, Desenvolvimento Regional, Contabilidade Financeiras I, Contabilidade Financeira II, Módulo de Informática, Microeconomia e Macroeconomia.

Os conhecimentos obtidos na unidade curricular de Introdução à Gestão permitiram auferir percepção sobre a visão global de uma empresa, como se caracteriza a sua atividade empresarial e quais os condicionantes do seu desenvolvimento, ideias base para compreender a atuação das empresas no mercado.

Considero, igualmente, que a escolha de Desenvolvimento Regional como unidade curricular opcional no âmbito do Mestrado em Economia, se revelou determinante para melhor compreensão de conceitos ligados aos fundos estruturais, nomeadamente às especificidades do Portugal 2020, à ciência regional e à distribuição espacial da atividade económica.

No que se refere ao domínio da contabilidade financeira foi possível, através dos módulos I e II da respetiva unidade curricular, captar conceitos e métodos básicos contabilísticos, e compreender o âmbito de aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e a respetiva estrutura conceptual, conhecimentos indispensáveis para o desempenho das tarefas associadas à realização da vertente mais contabilística das candidaturas aos programas do Portugal 2020.

As unidades curriculares da área de tecnologia da informação foram, de igual modo importantes, dado que a maioria das tarefas realizadas no estágio curricular se articulavam com ferramentas informatizadas.

Por último, unidades curriculares como Microeconomia e Macroeconomia proporcionaram-me conhecimentos no que diz respeito ao comportamento dos agentes

económicos no sistema económico e ao comportamento agregado da economia, respetivamente.

III.3. Análise Crítica do Estágio

Após a enumeração das competências adquiridas durante o estágio curricular torna-se igualmente importante tecer algumas considerações sobre a sua realização, de forma a refletir um pouco sobre esta experiência profissional. Neste seguimento, considero que a realização do estágio curricular na *Stratbond Consulting* foi enriquecedora tanto a nível académico como profissional, uma vez que além dos conhecimentos técnicos e teóricos que adquiri, vivenciei o ambiente laboral e as relações de trabalho, que contribuem, também, para a minha formação enquanto profissional.

Relativamente às tarefas solicitadas durante esta atividade, julgo que se enquadraram integralmente na minha formação e que perante os recursos disponibilizados pela entidade de acolhimento, contribuí positivamente para os diversos trabalhos realizados, tendo efetuado todas as tarefas propostas com empenho e dedicação, dando sempre que possível e necessário, um cunho pessoal às mesmas.

Todavia e tal como em qualquer ambiente profissional, existem aspectos positivos e negativos. Agradou-me pessoalmente o facto de a entidade de acolhimento se preocupar sempre em organizar reuniões destinadas a elucidar-nos acerca do tema em que iríamos trabalhar de seguida e de se preocuparem, também, em garantir que desempenhávamos trabalho direcionado ao cliente e não apenas meras tarefas de organização de arquivo. Apesar de ter participado em diversas áreas de negócio em que a entidade de acolhimento se especializa, gostava de ter executado, também, tarefas associadas aos planos de estratégia e de negócios que a *Stratbond Consulting* disponibiliza.

Em suma, considero que o período de estágio foi caracterizado por ser um período de extensa aprendizagem, tanto a nível pessoal como profissional e que ao longo deste ciclo fui uma parte ativa do plano de desenvolvimento de negócios da empresa, em especial na realização de candidaturas aos fundos comunitários.

Conclusão

Com o presente relatório pretendeu-se, além de descrever a evolução dos quadros de apoio comunitário em Portugal, sumariar o contributo dos mesmos, em especial do QREN, no desenvolvimento das PME's nacionais, dada a interligação deste tema com grande parte das tarefas desenvolvidas ao longo do estágio curricular.

Tanto a nível europeu como a nível nacional, é notável a importância das políticas públicas de apoio comunitário na economia das regiões. A generalidade da literatura é unânime e afirma que o acesso a este tipo de fundos permite o incremento de taxas de investimento público e privado, bem como a redução de discrepâncias entre regiões.

No que respeita ao caso português, o impacto do quinto ciclo de programação no tecido empresarial é ainda embrionário, uma vez que o seu encerramento só ocorreu no decorrer do ano de 2015 e o último relatório de execução ainda está por publicar. No entanto, documentos oficiais publicados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, demonstram que o QREN, conseguiu apoiar mais de 12.000 empresas nacionais, das quais 15% *start-ups* e na sua maioria pertencentes a setores intensivos em conhecimento. Em termos físicos, os primeiros sinais são visíveis através das melhorias registadas nas variáveis económicas, nomeadamente: aumento o volume de negócios, do VAB, das exportações e da produtividade. Os indicadores da solvabilidade e autonomia financeira, por sua vez, surgem com resultados menos favoráveis, posto que decresceram até valores negativos, após o recebimento do incentivo. Alguns estudos comprovam ainda que o QREN possibilitou a criação de novos postos de trabalho e diminuição do volume de importações, tendo induzido ao aumento da competitividade das PME's portuguesas.

A maioria dos estudos que permitem auferir o impacto deste ciclo de programação nas empresas nacionais, refere-se em particular ao Sistema de Incentivos, dado o maior vínculo deste instrumento com o tecido empresarial nacional. Neste seguimento, é notável o predomínio de pesquisas que afirmam que o SI teve um impacto considerável no desenvolvimento económico das PME's nacionais, em especial no aumento das suas capacidades exportadoras e na implementação de atividades inovadoras. É igualmente comprovado nestes estudos a existência do efeito catalisador,

amplificador, acelerador e facilitador do instrumento SI nos novos investimentos, embora haja predominância do efeito facilitador, o que leva a questionar a distribuição dos fundos.

As principais lacunas do QREN são apontadas ao nível das burocracias associadas às candidaturas do programa e aos extensos atrasos nos pagamentos do mesmo. Neste seguimento, conclui-se que agilizar os processos associados às candidaturas e às formas de pagamento dos incentivos é determinante para uma correta alocação dos recursos e consequentemente para o sucesso dos quadros de apoio comunitário em Portugal.

Importa ainda referir, que os resultados deste tipo de políticas de apoio no tecido empresarial nacional surgiram um tanto ou quanto enviesados em relação ao que foi estipulado no período que antecedeu o QREN. A explicação para este *gap* encontra-se na crise económica e financeira que se fez sentir durante o arranque do QREN e que levou à queda das expectativas, designadamente em termos do crescimento do PIB. Nada obstante, fica a percepção que o QREN teve uma importância significativa para as PME's portuguesas, para o seu crescimento em termos internacionais e consequentemente para a criação de riqueza na economia nacional.

Sendo o presente documento relativo, em parte, ao estágio curricular é igualmente pertinente acrescentar algumas considerações finais acerca da sua realização. Assim sendo, acredito que a inclusão deste tipo ensino na formação dos estudantes é considerada uma mais valia para a sua construção enquanto ser social e profissional, uma vez que oferece aos mesmos a possibilidade de concluírem a sua formação junto do ambiente profissional, onde aplicam os conhecimentos obtidos ao longo do percurso académico. No ponto de vista, considero que esta etapa da minha formação foi essencial para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, tendo-me permitido obter conhecimentos de cariz mais técnico, mas também competências pessoais relacionadas com a experiência laboral. Perspetivo assim a realização do estágio curricular na *Stratbond Consulting* como uma componente benéfica para a minha formação.

Bibliografia

Amaral, J. F. (2006) “O Impacto económico da integração de Portugal na Europa” *Portugal na Europa Vinte Anos Depois*. 115, 113-128.

Andrade, João; Duarte, Adelaide; Simões, Marta (2013) “Productivity Growth and Convergence: Portugal in the EU 1986 – 2009”. *Estudos do Grupo de Estudos Monetários e Financeiros Working Paper 10*. Coimbra.

Augusto Mateus & Associados; Pwc Portugal (2013) *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional Fatores de Competitividade*. Lisboa.

Baer, Werner; Leite, António N. (2003) “The economy of Portugal within the European Union: 1990-2002” *The Quarterly Review of Economics and Finance*. 43, 738-754.

Barry, Frank; Crespo, Nuno; Fontoura, M. Paula (2004) “EU Enlargement and the Portuguese Economy” *The World Economy*, 27, 781–802.

Becker, Sascha; Egger, Petter; Ehrlich, Maximilian (2010) “Going NUTS: The Effect of EU Structural Funds on Regional Performance” *Journal of Public Economics*. 94, 578-590.

Boldrin, Michele; Canova, Fabio (2001) “Inequality and convergence: Reconsidering European Regional Policies” *Economic Policy*. 32, 207-253.

Boscá, José; Doménech, Rafael; Taguas, David (1999) “La política Fiscal en la Unión Económica y Monetaria” *Moneda y Crédito Working Paper D-98015*. Espanha.

Cappelen, A.; Castellacci, F.; Fagerberg, J.; Verspagen, B. (2003) “The Impact of EU Regional Support on Growth and Convergence in the European Union” *Journal of Common Market Studies*. 41(4), 621-44.

Carriço, Joana S. V. (2015) *Impacto da adesão a sistemas de Incentivos nas PMEs*. Dissertação em Economia. Universidade de Coimbra.

Correia, Carolina; Costa, Vânia (2016) “A avaliação do impacto dos fundos do QREN no desempenho económico e financeiro das PME: O caso da indústria transformadora do

Concelho de Barcelos” *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*. 2(4), 77-99.

Dall'erba, Sandy; Le Gallo, Julie (2008) “Regional convergence and the impact of the European Structural funds over 1989-199: A spatial econometric analysis” *Papers in Regional Science*. 87(2), 219-244.

De La Fuente, Angel (2003) “The Effect of Structural Fund Spending on the Spanish Regions: an assessment of the 1994-99 Objective 1 CSF” *Instituto de Análisis Económico (CSIC) Working Paper 11*. Barcelona.

Deci, Edward; Ryan, Richard (1985) *Intrinsic Motivation and Self-Determination in Human Behavior*. New York: Plenum Press.

Deci, Edward; Ryan, Richard; Koestner, Richard (1999) “A Meta-Analytic Review of Experiments Examining the Effects of Extrinsic Rewards on Intrinsic Motivation”, *Psychological Bulletin*. 125(6), 627-668.

Diário da República, 2007. Decreto-Lei n372/2007, de 6 de novembro, (1.^a série - 213), 8080–8084.

Ederven, Sjef; Gorter, Joeri; Mooij, Ruud; Nahuis, Richard (2003) “The Economics of European Cohesion Policy” *European Network of Economic Policy Research Institutes Working Paper 3*. Bruxelas.

Fehr, Ernst; Gächter, Simon (2001) “Do incentive contracts crowd out voluntary cooperation?” *USC Center for Law, Economics and Organization Research Paper Series*, Research Paper 34. Los Angeles.

Fernandes, José (2013) “Fundos Europeus” *Manual do Autarca*.

Hapenciuc, Cristian; Morosan, Andrei; Arionesei, Gabriela (2013) “Absorption of Structural Funds – International Comparisons and Correlations” *Procedia Economics and Finance*. 6, 259-272.

Henriques, A. Almeida (2012) Ex-Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional. Porto: 12 de outubro.

INE (2016) *Empresas em Portugal 2014*. Lisboa: INE, I.P.

INE (2012) *Evolução do Sector Empresarial em Portugal, 2004-2010*. Lisboa: INE, I.P.

INE (2014) *Sistema de Contas Integradas das Empresas: Aspetos da estrutura empresarial*. Lisboa: INE, I.P.

Lall, Subir (2016) Chefe da Missão FMI em Portugal. 18 de junho.

Lima, Pedro R. (2014) *A Eficácia do Sistema de Incentivos do QREN para a Internacionalização de PMEs*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão da Inovação. Universidade do Porto.

Mateus, Augusto (2011) *Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de competitividade*, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados.

Mateus, Augusto (2013) *25 Anos de Portugal Europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados.

Mourão, Paulo (2004) "As disparidades regionais em Portugal: uma sugestão a partir de índices sintéticos" *Núcleo de Investigação em Políticas económicas Working Paper 2*. Braga.

Observatório do QREN (2013) *"Avaliação Estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013"*.

Observatório do QREN (2012) *Relatório Estratégico 2012*.

OIT (2015) *Pequenas e médias empresas e a criação de emprego digno e produtivo*. Genebra: OIT, IV Relatório.

Penãlver, Mari-Carmen (2007) “The Impact of Structural Funds Policy on European Regions Growth. A Theoretical and Empirical Approach” *The European Journal of Comparative Economics*. 4(2), 179-208.

Pinto, F. M. R. (2011) *A Integração de Portugal nas Comunidades Europeias*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Universidade de Coimbra.

Royo, Sebastián (2010) “Portugal and Spain in the EU: paths of economic divergence (2000-2007)” *Análise Social*. 195, 209 – 254.

Santos, M. (2013) *O Impacto Económico dos fundos comunitários no processo de convergência em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Finanças. Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Silva, S. (2015) *O Impacto Económico dos apoios comunitários num projeto de investigação: estudo de um caso real*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade do Porto.

Soukiazis, Elias; Antunes, Micaela (2004) “The Evolution of Real Disparities in Portugal Among The Nuts III Regions. An Empirical Analysis Based On The Convergence Approach”. Faculdade de Coimbra da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Sousa, S. (2000) *O Alargamento da União Europeia aos Países da Europa Central e Oriental (PECO): Um Desafio para a Política Regional Comunitária*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade de Coimbra.

Veiga, Linda (2010) “Determinants of the assignment of UE funds to Portuguese municipalities” *Núcleo de Investigação em Políticas económicas* Working Paper 11. Braga.

Veiga, Linda; Pinho, Maria (2007) “The political economy of intergovernmental grants: Evidence from a maturing democracy” *Public Choice*. 133, 457-47.

Webgrafia

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (setembro de 2016) “Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia” http://www.qren.pt/np4/file/4954/bol_fundos_6.pdf [27-11-2016].

Cabral, Manuel (2016) Ministro da Economia. 20 de abril <https://www.dinheirovivo.pt/economia/caldeira-cabral-encontramos-confusao-no-fecho-do-qren/> [18-12-2016].

Coelho, Pedro (2016) Presidente do Partido Social Democrata. Leiria: 16 de maio. <http://expresso.sapo.pt/politica/2016-05-16-Passos-Coelho-preocupado-com-atrasos-nos-pagamentos-do-QREN-e-no-Portugal-2020> [18-12-2016].

Comissão Europeia “O que é o FSE?” <http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=pt> [20-10-2016].

Comissão Europeia “Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional” http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/funding/erdf/ [20-10-2016].

Comissão Europeia “Fundo de Coesão” http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/funding/cohesion-fund/ [20-10-2016].

COMPETE: Programa Operacional Fatores de Competitividade “Estrutura” <http://www.pofc.qren.pt/compete/estrutura> [15-10-2016].

COMPETE: Programa Operacional Fatores de Competitividade “Incentivos às Empresas” <http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compete/incentivos-as-empresas> [15-10-2016].

INE: Instituto Nacional de Estatística (2016) *Produto interno bruto (B.1*g) a preços correntes (Base 2011 - €); Trimestral.* https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007823&contexto=bd&selTab=tab2 [17-11-2016].

Matheson Advices PartnerRe on its Debut EUR 750 Million Eurobond Offering [Imagem]
http://www.matheson.com/images/uploads/site-images/Matheson_advices_PartnerRe_on_its_debut_EUR_750_million_Eurobond_offerin_g.jpg [8-01-2017].

Lopes, Camilo (2016) “E depois do QREN?” <http://www.liconsultores.pt/pt/entrevistas/e-depois-do-qren> [09-01-2017].

Marques, Luís (2012) Ex-Líder do Partido Social Democrata. 8 de março.
<https://www.publico.pt/2012/03/08/politica/noticia/marques-mendes-preocupado-com-polemica-do-qren-nao-poupa-criticas-ao-governo-1536981> [21-12-2016].

Observatório do QREN “Mapa de elegibilidade territorial 2007-2013”
http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=18&id_page=95[19-10-2016]

Stratbond “Visão” <http://www.stratbond.com/?lg=pt&pg=vision - pg3> [15-10-2016].

Stratbond “Missão” <http://www.stratbond.com/?lg=pt&pg=mission - pg3> [15-10-2016].

QREN: Quadro de Referência Estratégico Nacional “O QREN”
<http://www.qren.pt/np4/qren> [14-10-2016].

Anexos

Anexo 1: Objetivo dos Fundos Comunitários

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER	Corrigir desequilíbrios; Apoiar empresas na criação de postos de trabalho; Reforçar a coesão económica e social; Prestar apoio na realização de infraestruturas e investimentos produtivos.	Fundos Estruturais
Fundo Social Europeu - FSE	Promover a igualdade de géneros; Facilitar a inserção profissional dos desempregados e das classes mais desfavorecidas, através do apoio a ações de formação. Diminuir as disparidades no emprego.	
Fundo de Coesão - FC	Acelerar a convergência económica, social e territorial da UE, sendo para tal utilizado na concessão de financiamentos a favor de projetos de infraestruturas nos domínios do transporte e do ambiente, apenas destinado aos Estados Membros cujo PIB médio por habitante seja inferior a 90% da média comunitária.	
Secção Orientação do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - FEOGA-O (atual FEADER)	Promover a competitividade agrícola, a gestão sustentável do espaço rural e a dinamização das zonas rurais.	
Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca – IFOP (atual FEAMP)	Promover sustentavelmente a pesca e a aquicultura; Reforçar o desenvolvimento e a implementação da política marítima integrada da União; Promover o desenvolvimento territorial equilibrado e inclusivo das zonas de pesca.	

Fonte: 25 anos do Portugal Europeu. Elaboração Própria

Anexo 2: Síntese do Impacto dos Fundos Comunitários

Autores	Impacto dos fundos comunitários
Amaral (2006)	Crescimento do comércio externo e do IDE; Estímulo á construção civil; Aumento da produtividade e da competitividade nacional.
Andrade et al. (2013)	Aumento do nível de rendimento; Níveis de convergência aquém do esperado.
Baer, W.; Leite, N. (2003)	Elevadas taxas de investimento público e privado; Rápido crescimento das infraestruturas rodoviárias e básicas; Portugal mais orientado para comércio europeu.
Barry et al. (2004)	Aumento da produtividade e competitividade; Apoio às infraestruturas e ao capital humano.
Boscá et al. (1998)	Acelerar a aproximação dos níveis de PIB entre EM; Redução de disparidades em termos de abastecimento de infraestruturas.
Dall'erba; Le Gallo (2008)	Impacto positivo no crescimento, mas com pouca significância estatística.
Deci, E.; Ryan, R. (1985) Deci, E. et al. (1999)	Incentivos comunitários levam ao afastamento da motivação, sendo, deste modo, vistos como contraproducentes.
Ederven, S. et Al. (2003) Cappelen, A. et al. (2003)	Impacto negativo dos fundos comunitários.
Fehr; Gächter, S. (2001)	Pode surgir afastamento de atividades de cooperação, por parte dos trabalhadores e da empresa como um todo, com consequente perda de eficiência.
Mateus, A. (2013)	Maiores níveis de convergência nas regiões NUTS III em comparação ás regiões NUTS II.
Peñalver, P. (2007)	Efeito positivo na taxa de crescimento do PIB nas regiões; Efeito positivo na taxa de crescimento do PIB mais notável no período imediato após a recepção dos fundos, com tendência a degradar-se.
Royo, S. (2010)	Redução das disparidades entre os EM da UE; Resolução de problemas nas infraestruturas, redes rodoviárias e telecomunicações; Níveis de convergência em Portugal aquém do esperado.
Santos, M. (2013)	Existência de convergência absoluta e condicionada nas regiões nacionais; Maiores níveis de convergência, no período de 2006 a 2011;
Soukiazis, E.; Antunes M. (2004)	Aumento da velocidade de convergência em termos de rendimento per capita das regiões, embora pouco significativo.
Veiga, L. (2010)	Impacto significativo nos municípios nacionais, uma vez que ampliaram os seus recursos, melhoraram infraestruturas e as próprias atividades municipais.

Fonte: Elaboração própria

Anexo 3: Programas Operacionais e Fundos de Cofinanciamento

	Programas Operacionais	Fundo de cofinanciamento
Programas Operacionais Temáticos	Programa Operacional Potencial Humano	FSE
	Programa Operacional Fatores de Competitividade	FEDER
	Programa Operacional de Valorização do Território	FEDER e FC
Programas Operacionais Regionais do Continente	Programa Operacional do Norte	FEDER
	Programa Operacional do Centro	
	Programa Operacional de Lisboa	
	Programa Operacional do Alentejo	
Programas Operacionais das Regiões Autónomas	Programa Operacional do Algarve	FEDER e FSE
	Programa Operacional PROConvergência dos Açores	
	Programa Operacional PROEmprego dos Açores	
	Programa Operacional Intervir+ na Madeira	
Programas Operacionais de Cooperação Territorial	Programa Operacional Rumos na Madeira	FEDER
	Transnacional	
	Transfronteiriça	
	Inter-regional	
Programas Operacionais de Assistência Técnica	Redes de Cooperação inter-regional	FEDER
	Programa Operacional Assistência Técnica FEDER	
	Programa Operacional Assistência Técnica FSE	FSE

Fonte: Site do COMPETE. Elaboração Própria